

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 2

Fevereiro de 1922

Ano LXXIV

Director, proprietário e editor — Empresa da *Revista Militar*
Composição e impressão na TIPOGRAFIA DA EMPRESA DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Rua do Diário de Notícias, 78 — Lisboa

NOTAS SÔBRE A GRANDE GUERRA

O combate da 22.^a divisão francesa a 27 de maio de 1918 em «Chemin des Dames»

O ataque alemão de 27 de maio de 1918 foi um verdadeiro acontecimento, não só pela energia do ataque, mas pela rapidez com que os franceses foram desalojados da posição.

Afigura-se-nos, pois, de certa importância fazer o estudo desse ataque, seguindo o que a esse respeito vem publicado na *Revue Militaire Générale* de agosto último.

O sector, ocupado pela 22.^a divisão (general Renouard), tendo uma frente de 14 km., era limitado: ao norte, pelo *Ailette*; a leste, por uma linha determinada pela Poterie-M.^o de Vauclerc — Castelo de Craonelle — estrada de Craonelle — Beaurieux-Maizy; ao sul, pelo *Aisne*; a oeste, por uma linha determinada por Trucy — orla Éste dos bosques Quartier e Bovette — Soupir — estrada Soupir a Chavonne.

Do *Ailette* ao *Aisne* são proximamente 9 km., e a uns 6,5 km. deste último, corre na direcção E-O o planalto escarpado do *Chemin des Dames*, que é muito recortado, dando lugar a uma série de ravinas que descem para os dois rios. A zona é muito arborizada e os fundos dos vales são pantanosos. Todo o terreno tinha profundas escavações provenientes dos projecteis de artilharia com que tinha sido anteriormente batido.

Os franceses tinham organizado defensivamente a posição com todo o cuidado.

Nela havia três posições:

Uma 1.^a posição determinada pelo Casal de Hurtobise, Ailles, Casal de Bovelles, Cerny-en-Laonnois, Courtecon, uma posição *intermédia*, definida por Cabeço a 500^m ao S. de Oulches, Arvore de Passy, Troyon, Vendresse, Chivy, Beaulne; a 2.^a posição (posição de retirada), ficava já ao sul do Aisne, e era definida por Maizy, Révillon, Barbonval, Longueval, Dhuizel-Vieil-Arcy.

Cada uma destas posições compreendia 3 paralelas (excepto a 1.^a, que tinha 4): uma paralela principal de resistência, uma paralela de apoio e a paralela dos redutos.

A *posição de retirada* (2.^a posição) ainda não estava a 27 de maio completamente organizada.

Fechando o sector a Este e a Oeste havia uma serie de posições lateraes, correndo do Norte para Sul. É o que os franceses chamam *posições à bretelles*, de modo a ficar o sector *estanque*.

As forças da divisão: — A 22.^a divisão tinha, por varios combates, vindo estacionar na região ao norte de Braisne com o fim de se reorganizar e pôr-se em condições de ir ocupar o sector.

Depois de se reconstituir, completando os seus quadros e o material, e realizando diversos exercicios, foi ocupar o seu sector a 18 de abril. Aí, recebeu varios reforços e foi completada a sua organização, trabalhando-se activamente na organização defensiva do sector. A partir de 20 de maio ha uma perfeita homogeneidade na constituição das forças da divisão, a posição tem sido completamente organizada e todos conhecem o terreno em que tem de operar e qual seja a sua missão no caso de um ataque.

A divisão compreende então:

a) *Infantaria*:

1) Regimentos activos n.^{os} 19, 62 e 118 (infantaria divisio-nária);

2) Brigada territorial n.^o 176, constituída pelos regimentos n.^{os} 73 e 74;

3) 2 batalhões do regimento territorial n.^o 68;

4) 1 batalhão do regimento territorial n.^o 22;

5) batalhão n.^o 27 de metralhadoras pesadas.

b) *Artelharia*:

1) Artelharia de campanha: regimentos n.^{os} 35 e 212;

2) Artilharia pesada: 2 baterias de 95 de posição e um grupo (IV-318) de 155 C.

Repartição das forças e organização do comando: O sector foi dividido em 2 sub-sectores:

Sub-sector de Ailles, a Este;

Sub-sector de Courtecon, a Oeste.

Estes dois sub-sectores eram limitados por uma linha definida por Courtecon, Chivy, M.^o de Gilot, Courtonne, posições estas pertencendo ao sub-sector de Courtecon.

O sub-sector de Ailles ficou sob o comando do general de brigada, comandante da infantaria divisionária; e o sub-sector de Courtecon sob o comando do general comandante da brigada territorial, que viera reforçar a 22.^a divisão.

Os coroneis comandantes dos regimentos activos comandam a infantaria do sub-sector e os coroneis comandantes dos R. T. são-lhes adjuntos para dirigir os trabalhos da 1.^a posição.

O comandante do sub-sector de Ailles tem o seu P. C. em Passy; e o comandante do sub-sector de Courtecon tem o seu P. C. em Verneuil.

O sub-sector de Ailles, como é mais extenso, está ainda sub-dividido em 2 partes, separadas pela linha Ailles-Tour-Passy-Geny, e que são designadas por sub-sectores *B* e *C*, cujos P. C. estão respectivamente em *Nègre* e *Creutes Marocaines*, comandados pelos tenentes coroneis dos regimentos de infantaria n.^o 118 e n.^o 62. O sub-sector *B* tem em 1.^a linha 2 batalhões do regimento n.^o 68, dispostos contiguamente, e cujos P. C. estão respectivamente em *Yser* e *Dragon*, tendo á retaguarda, na linha de apoio, dispostos contiguamente, 2 batalhões do regimento n.^o 68 territorial, cujos P. C. estão respectivamente em *Bugeaud* e *Nègre*, comandados pelo tenente-coronel do regimento 68 T., com o seu P. C. em *Foulon*.

Mais á retaguarda, na posição intermediária, o sub-sector *B* tem 1 batalhão do regimento n.^o 22 T., cujo P. C. está em *Creutes de la Somme*; e, como tropa reservada, o 3.^o batalhão do regimento n.^o 118, com o P. C. em *Pargnan*.

O sub-sector *C* tem em 1.^a linha 2 batalhões do regimento n.^o 62, dispostos contiguamente, e cujos P. C. estão em *Léon* e *Bitche*, tendo á retaguarda, na linha de apoio, 2 batalhões do regimento n.^o 73 T., com os seus P. C. em *Rene*

e *Jules*, sob o comando do tenente-coronel do regimento n.º 73 T., com o seu P. C. em *Coutard*. Mais á retaguarda, na posição intermediária, ficava o 3.º batalhão do regimento n.º 73 T., com o P. C. em *Creutes Marocaines*, e ainda a 27.ª B. M. pesadas com o seu P. C. em *Bourg-et-Conrin*; e, como tropa reservada, o 3.º batalhão do regimento n.º 62, com o P. C. em *Pargnan*.

No sub-sector de Courtecon estavam em 1.ª linha 2 batalhões do regimento n.º 19, cujos P. C. estavam em *Milan* e *Creutes*, sob o comando do coronel do regimento e com o P. C. em *Gênes*, tendo á retaguarda, na linha de apoio, 2 batalhões do regimento n.º 74 T., com os seus P. C. em *Namur* e *Pontoux*, sob o comando do tenente-coronel do regimento, que tinha o seu P. C. em *Terrasse*.

Na posição intermediária estava o 3.º batalhão do regimento 74 T. com o seu P. C. em *Terrasse*. Como tropa de reserva estava um batalhão do regimento n.º 19, com o seu P. C. em *Bourg-et-Comin*.

A *artelharia* formava 2 agrupamentos: *Agrupamento Este*, sob as ordens do tenente-coronel do regimento n.º 35, com o P. C. em *Passy*, e compreendendo 2 grupos do 35, 2 grupos do 212 e 2 baterias de 95, tendo como *zona de acção* a frente do sub-sector de Ailles.

Agrupamento Oeste, sob as ordens do tenente-coronel do regimento n.º 212, com o seu P. C. em *Tilleul*, e compreendendo um grupo do regimento n.º 35 e um grupo do regimento n.º 212, tendo como *zona de acção* a frente do sub-sector de Courtecon.

A 22.ª divisão tinha á sua direita a 50.ª D. I. com o P. C. em *Beaurieux*; e á esquerda, a 21.ª D. I. com o P. C. em *Nauroy*.

Em cada batalhão em 1.ª linha, 2 companhias estavam ocupando as posições e a 3.ª companhia em reserva, e a companhia de metralhadoras estava distribuída em toda a profundidade da posição, actuando por flanqueamento.

Nos batalhões de apoio, 2 companhias ocupavam a paralela dos redutos, a 3.ª companhia estava á disposição do general comandando o sub-sector, e a companhia de metralhadoras repartida em profundidade sôbre a paralela dos redutos e devendo executar o tiro indirecto.

Missão da divisão — A 22.^a D. I. devia impedir que o inimigo se apoderasse do *planalto da California* e do *Chemin des Dames*, devendo defender a todo o custo a posição. No caso de um ataque parcial dever-se-ia evacuar a paralela de vigilância e dos postos-avançados, devendo-se conservar a paralela de resistência.

As tropas territoriaes conheciam perfeitamente a região, pois muitas ocupavam o sector havia muitos meses.

Todas as tropas do sector estavam portanto bem dispostas física e moralmente.

Em frente da 22.^a D. I., e apenas separada pelo fosso do Ailette, estava a divisão alemã n.º 197.

Tudo parecia tranquilo do lado do inimigo, não tendo os diferentes reconhecimentos aéreos e *raids* efectuados obtido quaesquer indícios de que se preparava um ataque.

Na noite, porém, de 25-26 de maio uma patrulha do regimento n.º 19 fez 2 prisioneiros no bosque de Epine, os quaes, tendo sido interrogados, declararam que tinham ouvido dizer que um ataque se deveria realizar na frente do Ailette na noite de 26-27 de maio; que a preparação pela artilharia seria curta, começando á 1 hora de 27, devendo-se empregar grande número de projecteis de gazes; a frente de ataque seria de Trucy a Chamouille.

Os prisioneiros só sabiam da frente de ataque da sua divisão, nada sabendo até onde se estenderia o ataque das outras divisões.

A 22.^a divisão não estava portanto desprevenida, não podendo haver *surpresa*, e todos se preparavam para o ataque que se esperava na manhã de 27.

Todas estas informações foram comunicadas ao comandante do 11.º corpo de exército (general Maud'huy) e ao comandante do VI exército (general Duchêne).

Ás 16 horas de 26 o general Rénouard, comandante da 26.^a D. I., deu as suas ordens para que, a partir das 19 horas, se tomasse o *dispositivo de alerta*.

As 20 horas foi enviada uma *ordem preparatória* aos comandantes dos 3 batalhões reservados, prevenindo-os da possibilidade de terem de fazer avançar os seus batalhões:

3.º batalhão do R. I. 118, de Pargnan para as cristas de Vassogne;

3.º batalhão do R. I. 62, de Pargnan para a encosta Este de Madagascar ;

3.º batalhão do R. I. 19, de Bourg-et-Comin para Moussy.

Os comandantes dêstes batalhões deviam fazer reconhecer os itinerarios, organizar os abrigos nas posições, e enviar um agente de ligação ao P. C. da divisão.

Os comandantes dêstes batalhões conheciam já as diferentes hipóteses da sua intervenção, e que tinham sido estudadas no terreno.

Às 21 e 30 foi enviada *ordem de execução* aos comandantes daqueles batalhões, por isso que ás 21 e 10 as informações chegadas ao P. C. da divisão diziam :

«Que desde as 19 horas se notava uma circulação contínua e intensa de tropas entre o Casal Chaumont e as pedreiras de Colligis; e que numerosas tropas se dirigiam de Lierval para Colligis.»

À *meia-noute* a 22.^a D. I. recebe a ordem n.º 3078 do VI exercito, datada de 26 de maio, comunicando que:

«A 157.^a D. I. (general Galembert) deveria estar ás 3 horas de 27 com as *suas guardas-avançadas* ocupando os pontos de apoio da 2.^a posição — Villers-en-Prayères, Vieit-Arcy e Saint-Mard, enquanto que o *grosso* ocuparia, com os regimentos contiguos, a linha — Longueval, Dhuizel, Brenelle — com o P. C. no Casal de Pinçon, a Este de Vauxtin.

Entre a meia-noute e a 1 hora o comandante da 22.^a D. I. recebeu a comunicação que os 3 batalhões reservados ocupavam já as posições que lhes tinham sido prescritas.

O ataque :

Precisamente á 1 hora de 27 a artilharia alemã começou a *preparação*.

O tiro assume uma extrema violência, e, em pouco tempo todos os postos de comando, todos os observatórios, todas as posições das baterias são inundadas de gases toxicos (yperita e lacrimogenios). Todas as comunicações foram cortadas e as ligações por meio dos *corredores* tornavam-se também difíceis entre as 1.^{as} linhas e os P. C. dos batalhões e dos regimentos. Pelas 2.^h e 30 o fogo incide mais especialmente sôbre as 1.^{as} linhas, que até então pouco tinham sofrido. Às 3 e 45 os alemães alongam o tiro e ás 4 horas a infantaria é lançada ao ataque, avançando muito colada á barragem movel da artilharia.

Às 4 e 15 a divisão da esquerda (21.^a) comunica que os alemães estão já no esporão de Vauxmaires; na direita, a divisão 50.^a comunica também que o inimigo se apoderou do planalto da California.

Às 5 e 20 os alemães atingem a linha dos P. C. dos batalhões avançados ao N. da ravina de Braye, de Vauxmerons e do Paradis.

Às 6 horas atacam Hurtabise. Às 6 e 15 a divisão 50.^a vê-se obrigada a recuar.

Às 7 horas o inimigo ocupa a posição intermédia, que era apenas defendida por 3 batalhões territoriaes e 3 batalhões activos (os batalhões reservados que tinham durante a noite vindo ocupar as posições).

Às 9 e 40 os alemães estão na ponte de Oeuilly. Às 10 e 25 o general Renouard retira com o seu E. M. para Merval, e envia ao general Maud'huy a seguinte comunicação:

«Merval, 27-maio-11 horas e 30

General Renouard ao general Maud'huy

Como já comuniquei pelo telefonio, os alemães forçaram a ponte de Oeuilly ás 9 e 40.

Estou em Merval, em harmonia com as vossas ordens. Não podendo comunicar telefonicamente nem com o general comandante da 157.^a D. I. (casal Pinçon), nem comvosco, nem com o E. M. do exército (Belleu); eu só tenho ao meu dispôr 1 ¹/₂ secção reunida pelo meu E. M.

Enviei um oficial de ligação ao casal de Pinçon. Apenas sei que das minhas tropas — o general Zeude, comandante da 173.^a brigada T., recuou com alguns elementos territoriaes sôbre Pont-Arcy; que alguns elementos do regimento n.º 118 retiraram sôbre Beurieux; que no centro foi feita a rutura completa; que na esquerda, Villers-en-Prayère foi ocupada pelo inimigo; não existe ligação com a artelharia; chamei a toda a pressa pela estrada Fimes-Merval 2 pelotões do esquadrão divisionário e o C. I. D. /22.

Não recebi mais noticias.

(a) *General Renouard*»

— Após um pequeno descanso, pouco depois do meio dia, os alemães transpunham o Aisne na ponte de Oeuilly, e avançavam para o sul. Transpunham o Aisne com muitas precauções, e, fazendo-se preceder por destacamentos em autos guarnecidos de metralhadoras, alcançavam ás 18 horas a estrada de Bazoches-Fimes.

Como vimos, o avanço da infantaria alemã foi rápido, após a preparação pela artilharia.

A infantaria, seguindo de perto a barragem movel da sua artilharia, fazia-se preceder por grupos de esclarecedores munidos de metralhadoras ligeiras, que evitavam as ravinas, e avançavam rapidamente para as cristas por infiltração e manobrando os centros de resistência; logo que estas metralhadoras entravam em acção, a linha ocupada era indicada por meio de foguetes.

Seguiam-se grupos de atiradores que vinham ocupar a posição das metralhadoras, que logo se deslocavam para a frente, e assim sucessivamente por lanços rápidos, iam avançando.

O seu triunfo foi alcançado com uma rapidez nunca vista, e, segundo diz o capitão Du Fay, essa vitoria foi devida:

1.º—A' enorme extensão do sector (14 km.) confiado á 22.^a D. I.;

2.º A' insuficiência do escalonamento em profundidade, por isso que o comandante do VIº exército determinára que a defesa estivesse concentrada na crista de *Chemin des Dames*, que tinha pouca profundidade.

—Como lição do que se passou com a 22.^a divisão, se pode afirmar que, com o grande alcance das armas modernas um escalonamento com uma profundidade de 7 km. para uma divisão em sector é insufficiente e que a posição principal de resistência deveria ter ficado á retaguarda do Aisne e não á frente dêste rio.

O escalonamento deverá ser tanto mais profundo, quanto mais fracos são os meios de que se dispõe.

—Contudo os alemães não conseguiram alcançar o objectivo que tinham em vista, porque as medidas tomadas para tapar a brecha foram rápidas.

—O general Renouard mandara avançar, parte em autocamiões sanitários, as tropas que estavam em Lhuys, centro

de instrução da 22.^a D. I. (C. I. D/22.^a), e que ás 18 horas desembarcavam ao sul da estrada Bazoches-Fimes, ao mesmo tempo que alguns elementos da 157.^a D. I. ofereciam a maior resistência, permitindo a entrada em linha da 13.^a D. I.

*

Ao comandante da 22.^a divisão foram ainda confiadas várias missões, durante a batalha sustentada por outros elementos do 21.^o corpo de exército, de forma que só no dia 2 de junho o general Renouard pôde redigir o seu *relatório* sobre as operações realizadas, pela sua divisão desde 26 de Maio.

Nêsse relatório aquele general frisa a violência do ataque da artilharia alemã por meio de gases, que inundaram toda a zona até ao Aisne, de forma que os batalhões, reservados e que eram destinados ao contra-ataque, ficaram logo inutilizados. Dos 6 coroneis (3 dos regimentos activos e 3 territoriaes), só um conseguiu passar o Aisne, ficando os outros mortos ou prisioneiros. Dos comandantes dos batalhões, nenhum passou o Aisne. As perdas foram consideraveis, sendo mortos quasi todos os subalternos.

Os efectivos dos regimentos ficaram reduzidos aos homens dos trens, aos que estavam de licença e aos poucos prisioneiros que puderam escapar-se. Ficaram algumas fracções do batalhão de reserva da esquerda, que com o C. I. D/22.^a puderam oferecer resistência.

— O general acentua que se torna impossivel a uma divisão, mesmo reforçada, sustentar um combate durante um dia, se o seu escalonamento em profundidade não fôr superior a 7 ou 8 km.

Referindo-se á artilharia diz que as baterias dispunham de 3 dias de fogo, e que algumas fizeram 1.500 tiros.

A lição a tirar do combate do «*Chemin des Dames*» deve aproveitar aos que estudam a defesa do nosso país e preconizam a ocupação de posições pouco profundas como principal resistência.

V. CESAR

O comando alemão na Africa Oriental

As memórias do general Lettow, comandante das tropas alemãs na campanha da Africa Oriental, foram recentemente publicadas e têm para nós particular interesse, por corresponderem ao depoimento do comando adverso numa campanha em que Portugal teve longa participação; mas o grosso volume de 336 paginas da tradução em inglês, ¹ que se encontra nas bibliotecas do ministério da guerra e estado maior do exército, tem o elevado preço de 24 *shillings*, relativamente exorbitante até mesmo para as bibliotecas regimentais, quando seria muito para desejar, que os instrutivos relatos desse livro fossem entre nós vulgarizados, para evidenciar como se pôde desenvolver uma resistência indomável com recursos limitados.

Pelos próprios adversarios ingleses foram reconhecidas as primeiras fases dessa campanha, como constituindo já — «uma das mais notáveis campanhas defensivas da história militar». (Revista Militar de 1919, n.º 2 pag. 97), depois ainda esta afirmação se confirmou, por ter sido no decorrer dos ultimos dois anos da guerra em 1917 e 1918, que as operações alemãs alcançaram mais renome, marcando essa campanha como uma das mais instrutivas, sob o ponto de vista colonial.

Resumidamente podem apresentar-se como característicos mais notáveis desta campanha os seguintes factos, apontando-se os dois ultimos como verdadeiros ensinamentos:

I — A influência preponderante do impulso proveniente do comando, dizendo-lhe o kaiser num rádio, que durante a campanha lhe foi interceptado; — «nunca ter sido vista no mundo tão ferrea determinação».

II — A preparação de tropas indígenas com uma capacidade combativa surpreendente, constatando o marechal Hindenburg nas suas memórias, — «que essas tropas levantaram um imperecível monumento ao heroísmo alemão».

¹ My reminiscences of East Africa, by general von Lettow Vorbek.

III — A firme dedicação dos carregadores indigenas, mal alimentados e ultimamente sem pagamentos, mas não fugindo, nem mesmo quando as forças alemãs eram batidas, quasi cercadas e perseguidas.

IV — A exploração dos recursos locais elevada a um grau incomparavel em campanhas coloniais.

O comandante das forças, então tenente-coronel, desembarcou na colônia alemã em janeiro de 1914, e nas suas memórias descreve as inspecções a que desde logo procedeu aproveitando os conhecimentos adquiridos em estudos coloniais, quando esteve em comissão nos serviços do estado maior na Alemanha, e a sua experiência na campanha dos Herreros, para conseguir tornar mais efficientes as forças de que dispunha; melhorou a organização de transportes, o armamento das suas companhias indigenas, e a preparação militar dos colonos procurando obter uniformidade no armamento particular na posse de cada colono, para resolver o problema do remuniciamento, prevendo já a feição mundial da campanha que se avizinhava.

Êle dizia estar convencido de que o destino das colonias alemãs seria decidido nos campos de batalha da Europa, mas entendia, que o seu dever, no caso de uma guerra com a Inglaterra, seria combater as forças adversas, procurando inflingir-lhes as maiores perdas em pessoal e material, evitando assim, que essas forças fossem empregadas na Europa ou outros teatros da guerra.

Todavia no inicio da campanha o comandante Lettow teve tolhida a sua liberdade de acção, por se encontrar subordinado ao governador da colônia, tendo chegado as autoridades civis a encetarem negociações com os ingleses, que porêm com energica iniciativa o comandante logo interrompeu declarando, que só por seu intermédio elas se deveriam realizar. Depois do combate de Tanga, em novembro de 1914, onde pelos alemães foi batida a expedição anglo-indiana, o prestigio do comandante alemão firmou-se assegurando-lhe a supremacia na direcção das operações, que contudo se nota êle ter de preferênciã conduzido para territorio estrangeiro, invadindo primeiro a colônia inglesa ao norte, depois manifestando a idea preconcebida de invadir a nossa colônia de Moçambique, e por fim internando-se na Rhodesia, operando

assim em território inimigo, onde não lhe poderia ser contestada a direcção das operações militares, que instruções anteriores à guerra reservavam para o Governador; ainda que, Lettow considerou sempre essa subordinação não se referir a uma campanha contra potências europeias. E de facto, as intimações para se render foram por vezes dirigidas ao comandante, não obstante o governador o acompanhar até ao final da campanha.

Referem as memórias, que ao assumir o comando êle julgou a instrução das tropas indígenas alemãs não estar desenvolvida suficientemente para combater um inimigo dispondo de moderno armamento, pelo que, logo fez praticar exercicios com essa orientação; e prevendo o caso de uma guerra europeia propôs uma concentração de forças ao norte contra a colónia inglesa, concentração com que porêm não concordou o governador. Infelizmente, diz Lettow, não consegui despertar suficiente interesse de todas as autoridades civis neste assunto; a opinião corrente era, que se estava em boas relações com a Inglaterra, e a guerra, se viesse, seria num futuro distante. Entretanto da metrópole, a seu pedido, facultaram-lhe armamento moderno para três companhias, o qual chegou à colónia pouco antes de rebentar a guerra. Os quadros europeus, tanto do activo como da reserva, secundaram admiravelmente o impulso do comando tirando notavel rendimento das metralhadoras, cujo emprêgo fôra por êle previsto e se realizou em larga proporção, aproveitando muitas capturadas aos adversarios, das quais desaseis logo ao principio da guerra no combate de Tanga, e recebendo ainda das mais modernas metralhadoras vindas da Alemanha durante a guerra. A intelligente e dedicada cooperação dos quadros europeus ainda muito se manifestou no emprêgo da artilharia, notando que, apesar da colónia não dispor de unidades desta arma antes da guerra, foram depois aproveitadas tôdas as peças do cruzador Koenisberg, sendo transportadas por centenas de carregadores a tôdas as fronteiras da colónia, e que da artilharia recebida da Alemanha por um dos dois vapores que forçaram o bloqueio, também foi bem aproveitada pelos alemães uma bateria de obuses de 10 centímetros.

Relativamente aos soldados indígenas alemães dois factos testemunharam a sua cuidada instrução: logo no inicio da

campanha foi proposta pelo capitão Tafel a "*camouflagem*" revestindo-se os askaris de arbustos ou capim, para as emboscadas ou surpresas; e durante a guerra com frequência os nossos parlamentários e prisioneiros observaram nos estacionamentos alemães improvisados cavaletes de pontaria para a instrução de tiro, dizendo as memórias sobre este assunto, que a melhor recompensa para um askari na guerra era a dádiva de uma espingarda moderna capturada aos aliados.

Não foi o material nem o número, mas sim a força moral e a instrução, que valorizaram as forças alemãs na campanha da Africa Oriental, tornando-as indomáveis; referem mais de uma vez as memórias (com mal dissimulado orgulho), que o máximo efectivo dos alemães atingido em fins de 1915 só contava 2.998 europeus e 11.300 soldados indigenas, enquanto que os ingleses no decurso da campanha mobilizaram 137 generais e 300.000 soldados de varias raças, predominando em 1914 e 1915 os indianos, em 1916 os sul-africanos, e em 1917 e 1918 os negros.

A demorada campanha de quatro anos e quatro meses foi mais rude e movimentada nos seus ultimos periodos, correspondendo à resistência dos alemães na proximidade da nossa fronteira do Rovuma, e depois à sua perseguição, quando elles invadiram o território português.

Em 1916 e 1917 a participação dos belgas na campanha foi muito gloriosa e marcada pelos sucessos de Tabora e Mahenge, mas as memórias pouco se referem à sua acção, dedicando-se de preferéncia a exaltar os feitos das tropas alemãs, entretanto sem exagero e mesmo com reconhecido cavalheirismo para com os antigos adversarios, em contraste com a violência, que o comando imprimiu à campanha.

Com respeito aos choques que as forças portuguesas tiveram com as alemãs são lacónicas as memórias, nada dizendo de elucidativo acerca das intenções dos alemães para com a nossa colonia de Moçambique, nem fazendo qualquer referéncia ao ataque que realizaram ao nosso posto de Maziua, onde foi vertido o primeiro sangue português na grande guerra, em 25 de agosto de 1914, na fronteira do rio Rovuma; todavia as memórias citam as operações de Nevala em 1916, dizendo que, para recuperarem essa localidade procederam os alemães á concentração, das tres companhias com artelha-

ria, entre a qual uma peça de 10,5 centímetros do cruzador Koenisberg, fôrça que guarnecia a zona sudeste da colônia alemã, com mais outra fôrça de duas companhias, que estavam em reserva geral, e tendo conseguido bater os portugueses em fins de 1916, essas fôrças voltaram imediatamente a combater os inglêses.

Estes supunham que a campanha estava a finalizar, porque tendo varrido os alemães desde o norte da colônia, com uma rapidez que justificava essa esperança, o general Smuts esperava ter a campanha terminada dentro de algumas semanas, quando em janeiro de 1917 deixou o comando para tomar parte numa conferência imperial em Londres.

Mas pelo contrário, os alemães agora concentrados tomavam novo alento, e sob o impulso do seu comandante desenvolviam uma iniciativa surpreendente atacando os inglêses com fortes patrulhas, uma das quais até audaciosamente chegou a bombardear alguns transportes inglêses com uma peça. Estranha arma para uma patrulha, observa o general Lettow comentando a combatividade dessas patrulhas, e louvando essa iniciativa. Neste período dois grandes *raids* foram lançados pelos alemães: um para o sul através da nossa colônia e chegando até á colônia inglesa do Nyassaland tendo uma missão de reconhecimento; o outro foi lançado para o norte pelas regiões da colônia alemã já ocupadas pelos inglêses, muito perturbando a reorganização a que estes estavam procedendo para a ofensiva, e obrigando os inglêses a solicitarem a cooperação dos belgas para entrarem novamente na campanha. Este *raid* foi de uma extraordinaria combatividade e para mais perturbar a perseguição dos inglêses, os alemães dispersaram-se em três pequenas fracções, que após extenuantes marchas foram aprisionadas sem que os seus carregadores as abandonassem. Êste *raid* não foi porém determinado pelo comandante Lettow e nas suas memórias reconhece-se êle ser pouco justo, não apreciando o seu efeito perturbador da reorganização inglêsa, talvez por o *raid* contrariar o outro dirigido sôbre a colônia portuguesa.

Justificando a sua idéa preconcebida de invadir o território português ao sul do rio Rovuma, diz o general Lettow, que os alemães gozavam muito boa reputação entre os indígenas portugueses; curioso porém se torna observar, que ao

norte do mesmo rio sofreram os alemães em 1905 uma mortifera revolta indígena e que as populações junto da foz do rio estavam tão pouco submissas, que as memórias se referem á intenção do general Lettow as submeter pela fôrça; entretanto essas mesmas populações ao norte do Rovuma auxiliaram os portugueses, quando estes tomaram a ofensiva nessa região.

Um ponto obscuro da campanha, e que também não é esclarecido pelas memórias do general Lettow, foi ter falhado a concentração dos dois nucleos de fôrças alemãs, que em novembro de 1917 se cruzaram sem se avistar, quando marchavam pela margem norte do Rovuma. Êste facto salientando uma das dificuldades das campanhas coloniais, retraiu bastante as operações dos aliados, dando em resultado os inglêses não cercarem completamente o mais forte nucleo das fôrças alemãs, que sob o comando do general Lettow depois de se desembaraçar de todas as bocas inúteis abandonava Nevala, última localidade de que os inglêses se apoderavam, no momento em que Lettow desfilava junto á margem do Rovuma, escapando para atravessar o rio mais a montante, caindo em cima dos portugueses em Negomano.

A êste combate de Negomano assistiu Lettow e descrevendo os seus movimentos, refere ter havido um momento critico para os alemães serem batidos em detalhe ao passarem o rio; mas limitando-se os portugueses á defensiva foram envolvidos, atacados nos seus entrincheiramentos, e rapidamente esmagados depois de um combate mortifero.

Seguiram-se outros combates já no nosso território. Em Oizulo os portugueses cercados foram vencidos pela sêde. Aos nossos heroicos combatentes de Mkula presta o general Lettow a homenagem de supor, que constituíam algumas companhias, os fracos efectivos (mal atingindo uma depauperada companhia), sob o comando do capitão Curado.

No último ano da guerra as tropas alemãs estavam notavelmente aguerridas e muitas vezes os seus movimentos surpreenderam as tropas aliadas pelo imprevisto da sua capacidade de marcha e combatividade. Sob êste ponto de vista foram dos mais interessantes e instrutivos os combates de 1 e 3 de julho de 1918, em que os alemães atacaram o posto de Namacurra, ao norte de Quelimane, defendido por algumas com-

panhias portuguesas e inglesas, que sem segurança nem ligação foram sucessivamente surpreendidas pelos alemães depois dêstes terem atravessado o rio Licungo, considerado pelos aliados invadeavel naquela epoca, mas que, segundo refere Lettow, foi transposto levando cada homem uma hora a passar o vau, chegando-lhe a água até ao pescoço.

Depois dêstes combates os alemães regressaram para o norte. As rapidas marchas e contra-marchas, os combates de surprêsa e as pilhagens feitas pelos alemães aos depositos dos aliados são esclarecidas pelas memórias do comandante alemão, que tomando para si sempre a iniciativa das operações conseguiu escapar á perseguição dos ingleses, cujos recursos eram inesgotaveis, tendo até, como o reconheceu o general Lettow, trazido ao combate encorporados nas fileiras inglesas, os antigos askaris capturados aos alemães no decorrer da campanha. Inabalaveis eram a perseverança e convicção dos ingleses, de que a ultima cartada seria ganha pela Inglaterra, ainda que, diziam êles, depois dos indios, dos sul-africanos e dos negros tivessem que ser chamados a esta campanha os territoriais de Londres.

Mas tanto não foi preciso. Os alemães que tinham passado com 300 europeus, 1.700 askaris e 3.000 carregadores, para o sul da Rovuma em 25 de novembro de 1917, dia do combate de Negomano, tornavam a atravessa-lo em 28 de setembro de 1918, de regresso á sua antiga colónia, para logo se internarem pela colónia inglesa da Rhodesia, marchando ao longo da linha de comunicações inglesa, pilhando metodicamente os sucessivos postos de étapes ingleses, até que, sendo comunicada aos alemães a clausula 17.^a do armisticio concluido na Europa, cessaram as hostilidades na Africa Oriental e o general Lettow entregava-se, afirmando no entanto, que teria podido prolongar a campanha pelo menos por mais de um ano.

As fôrças alemãs, que se entregaram em 14 de novembro de 1918, compreendiam: o governador da colónia, 20 officiais, 6 medicos, 1 veterinário, 1 farmaceutico, 1 funcionario dos telegrafos e 125 europeus com diversas graduações; 1.156 askaris e 1.598 carregadores, tendo estas fôrças em seu poder 400 cabeças de gado para alimentação, recentemente capturadas aos ingleses. O armamento dos alemães consistia numa

peça portuguesa, 37 metralhadoras (das quais 7 alemãs e 30 inglesas), e todas as espingardas com que estavam armados os askaris eram capturadas aos portugueses ou ingleses.

Fazendo justiça a tão esforçados adversarios, não obstante a cruel violência com que êles conduziram a campanha, nos termos da rendição o comandante em chefe dos aliados general Van Deventer concedeu: — «em consideração pela brilhante campanha, que todos os europeus conservassem as suas armas.»

E concluindo as suas memórias afirma o general Lettow: — «Eu creio que a eficiência das nossas operações foi devida á sinceridade dos nossos designios, ao patriotismo, forte sentimento do dever e espirito de sacrificio, que animou cada europeu e se comunicou consciente ou inconscientemente aos nossos bravos soldados indigenas. Houve mais também o brio militar, o sentimento de mútua cooperação e o espirito de iniciativa, sem o qual o sucesso das operações seria impossivel durante tão longa campanha.»

Que vasto tẽma para meditação se encerra nestas simples palavras, chamando-nos a estudar o esforço desenvolvido por cada combatente nesta instrutiva campanha colonial!

Comparando os prisioneiros observa o general Lettow, que a marcha era um martirio para os portuguezes, e diz que estes pela maior parte infectados de sífilis e imprevidentes na economia das subsistências, não eram realmente soldados para campanha. ¹

Esta nota severa para o nosso brio militar deve ser remediada, procurando desde as escolas preparar para o serviço de campanha, cultivando nos quadros os desportos de escotismo e caça, que mais se assemelham, e praticando mais exercicios no campo a começar na Instrução Militar Preparatória. Na reconstituição do nosso exército, profundamente

¹ *Feld-soldaten*, no original, pag. 258. — *Meine Erinnerungen aus Ostafrika*. Leipzig. 1920. Preço 42 marcos.

A tradução inglesa é completa, mas o original alemão tem mais gravuras e croquis.

Reputámos este livro indispensavel nas nossas bibliotecas militares, e conveniente seria, que alguns capitulos constituissem assuntos para conferencias. Pena é, que uma tradução portugueza só seja viavel sendo subsidiada, ainda que, maior pena seja não estarem ainda impressos os nossos relatorios dos comandos na grande guerra, continuando sujeitos ao perigo de se estraviarem.

abalada pelas improvisações da guerra, as escolas teem de preparar melhor os quadros, que hão-de instruir as tropas, as quais apesar de todas as suas deficiências desenvolveram na grande guerra um esforço glorioso, como se reconhece uma vez que se atenda ás proporções das forças morais dos combatentes.

EDUARDO AUGUSTO D'AZAMBUJA MARTINS.
Ten. coronel.

Carros de combate

(Continuação)

Fora preciso para assegurar o funcionamento de tão importante estabelecimento, com aquele rendimento úrgico que as circunstâncias exigiam, traçar sôbre um terreno todo de floresta perto de 7 quilómetros de estrada com 5 metros de largura; montar uma igual extensão de via normal de caminho de ferro ligada á gare de Bourron; mais de 10 quilómetros de via de 60^{cm} para o serviço interno do parque e das oficinas; construir uma canalização de 5 quilómetros para trazer e distribuir a água necessaria; e erguer 200 barracas ou hangares.

A verdade é que em outubro muitos diversos trabalhos estavam ainda por concluir de todo.

Como sabemos, iniciara-se a organização dêste Grande Parque, que dá bem a nota das exigências dos carros de combate para que possam ter uma acção eficaz, em abril de 1918, no momento em que fora preciso prever á instalação dum parque em grande escala, tido como indispensavel, e isto porque o Ministério do Armamento declinara êsse encargo. Mas, uma vez a obra pronta, no momento mesmo em que emfim ia começar a prestar ao exército os serviços de que êste tinha a mais instante necessidade, o Ministério do Armamento, que em tudo que respeitava á Artelharia de Asalto exercera sempre um papel pouco louvavel, teve a infeliz idea, com a côr de desembaraçar o General em Chefe dos cuidados da reparação dos carros, de propor tomar á sua conta as oficinas de Bourron e o seu pessoal. Ora, a ins-

talação das oficinas era conexas com a do Grande Parque, os dois organismos estavam ligados entre si pela própria concepção que presidira á sua construção, completavam-se, beneficiavam-se mutuamente. Uma separação só era possível anulando o funcionamento de qualquer dêles; a transferência do Grande Parque para algures seria uma nova fonte de estorvos e de atrasos, no momento exactamente em que os esforços realizados iam produzir os seus bons frutos. Felizmente o Ministro do Armamento renunciou a tão extraordinária pretensão, sugerida pelo excessivo zelo de querer manter sob a sua tutela o ramo de serviço, que orgânicamente lhe fora atribuído com a criação do seu ministério.

Tudo aconselhava que era preferível o Ministério do Armamento preocupar-se com a necessidade, que era já palpável, de aumentar ainda os recursos para as reparações dos carros. Cada vez se tornava mais evidente, com efeito, á proporção que crescia o número de carros em serviço, e a batalha mais acesa se tornava, que as oficinas de Bourron, mesmo em plena actividade e com o máximo de rendimento, não bastariam para acudir ás necessidades. A colaboração de outras verdadeiras oficinas, poderosamente habilitadas, tornava-se indispensável para quando estivessem em serviço os 3000 carros previstos. Era nêste sentido que se deveria caminhar.

Afinal, após muitas conferências e depois de tentativas várias, uma decisão inter-ministerial de 6 de outubro, estipulou que todas as grandes reparações, que todos os arranjos que não fossem puras e simples substituições seriam de futuro feitos nas oficinas dos construtores, sob a direcção do Ministério do Armamento. Os carros seriam expedidos pelo caminho de ferro directamente pelos centros de evacuação sobre as oficinas. Mal êste sistema foi posto em pratica, o Ministério determinou, porém, que se limitasse o número de carros a remeter as oficinas.

Que fazer?

Não houve outro remédio senão dirigir os carros para Bourron, que continuava a dar um rendimento apreciável: graças ao concurso dos artifices americanos, cuja permanência fora instantaneamente pedida, com tanta mais razão que os Estados-Unidos só combatiam com carros franceses, o rendi-

mento das oficinas tornara-se importante; na última semana de outubro a média diária de carros concertados fora de 8 a 9.

Nunca se conseguiu fazer funcionar um sistema de reparações, que fizesse face completamente ás necessidades das unidades, cujo emprêgo na batalha se tornara continuo. Fóra dos incidentes do combate propriamente dito, a inexperiência dum pessoal insufficientemente instruido, em consequência da pressa com que as unidades eram empenhadas na luta, e a pouca perfeição no acabamento dos aparelhos, por causa da intensidade do fabrico, tudo tinha por resultado um aumento sensível de reparações, dando lugar a que não pudessem ser vencidas e se accumulassem os carros imobilizáveis.

Ao passo que isto sucedia e que em Cercottes a formação das unidades novas de carros ligeiros estava demorada por falta dêstes aparelhos, a hora era imperiosa. O Alto Comando não queria deixar ao inimigo um momento de repouso.

Contudo, no que existia nada se descuidara no intuito do possível desenvolvimento. O proprio estabelecimento do Grande Parque, cuja criação descrevi com algum desenvolvimento, tinha conduzido a encarar também a consolidação e o desenvolvimento dos embriões de parques, que a força das circunstâncias levava a criar nos centros de Maily e de Martigny. Junto ás secções de parque dêstes centros, foram estabelecidos depositos de ferramentas, de peças de sobressalente, de todo o material necessario á vida dos carros; praticamente, as secções funcionavam como parques para reabastecimento das unidades do centro. A regularização desta situação nascida das necessidades do momento, foi compreendida no projecto apresentado pelo general comandante da Artelharia de Assalto de 13 de abril de 1918, aprovado, com excepção dum ponto só, pelo Ministério em 21 de maio e começado a pôr em pratica no mês seguinte, como já vimos pelo que respeita ao Grande Parque, cujo comandante ficou com os poderes de ordenador secundário para tôda a Artelharia de Assalto. Os diversos parques comportavam-se para com aquele como os parques de artelharia dos corpos de exército se comportavam para com o Grande Parque da Artelharia do Exército. Cada parque subalterno teve, como o Grande Parque, além

dum estado maior, duas unidades distintas: uma, bateria de parque, composta sobretudo de funcionarios de contabilidade, escripturarios e condutores; a outra, secção de parque, composta essencialmente de operarios.

No projecto do general Estienne, a secção de parque comprehendia uma parte fixa e uma parte móvel munida dos meios de transporte precisos para poder instalar-se próximo das unidades mais afastadas, que partilhavam do parque. Esta concepção, a que já me referi, era justificada pela experiência do que se passava, que mostrava os grupos de Mailly e de Martigny a estabelecerem-se sem tempo determinado nas regiões a oeste de Oise, e sem comunicações com os seus centros regulares. Os agrupamentos estavam servidos com as suas S. R. R.; mas, não deixou de ser um facto, que nas condições do emprêgo intenso da Artelharia de Assalto, que se preparava, as S. R. R. seriam absorvidas e talvez não bastassem para as reparações dos carros Schneider e Saint-Chamond, e que, por conseguinte, não era de bom juizo contar com elas para os carros ligeiros. E como, por muito tempo ainda, se não poderia, como erradamente se pensava nas regiões superiores, contar para aquele efeito com os parques automoveis dos Exércitos, aos quais os batalhões de carros ligeiros seriam ligados, só restava o recurso das secções de parque da Artelharia de Assalto, tornadas suficientemente moveis para poderem aproximar-se, tanto quanto possivel, das regiões de combate. Mas o sr. ministro não o entendeu assim, no seu alto critério de paisano, e o elemento movel das secções de parque não foi constituído. Mais tarde, mas não sem prejuizos, teve que emendar a mão, pela criação dum organismo analogo.

Não ignoramos que a cada centro da Artelharia de Assalto de Grupo de Exercitos fora dado um parque. Mas a necessidade da conservação dos carros vindos de Champlieu havia compelido, em Abril, a organizar nesse antigo centro, após o exodo sobre Cercottes, com recursos tirados às S. R. R. presentes, um reduzido elemento de parque; como praticamente era a organização da A. A. mais proxima da quasi totalidade das formações então agrupadas a oeste de Oise, bem depressa esse embrião teve que desenvolver-se. Mas o novo avanço alemão sobre o Aisne, no fim de Maio, e a occupação de Champlieu pelas tropas de linha, obrigaram a transferir, no fim

de junho, o novo parque mais para o sul, para Barbery (Oise). Ficou então colocado ao centro da zona do ataque alemão e devia acudir às necessidades das unidades da A. A. estabelecidas a Este e ao Oeste. A sua importância cresceu e foi dotado, quando se reconstituíram os parques, com todos os meios necessários, ficando desde então um parque de A. A. como os outros já existentes, sob a designação de Parque n.º 1; o de Mailly—Poivres foi o Parque n.º 2 e o de Martigny o Parque n.º 3.

Rematando a reorganização dos serviços técnicos que venho descrevendo, as duas inspecções— a do material sobre «chenilles» e a do material sobre rodas— foram reunidas em uma Inspeção Geral. Esta reunião devia permitir fiscalizar mais facilmente o estado do material e a sua conservação. Estabelecida a Inspeção Geral em Abril foi sancionada pela aprovação ministerial do seu quadro a 21 de Maio. Coadjuvavam o Inspector Geral 3 oficiais adjuntos, dos quais um era o oficial destacado do Serviço Automóvel, ex-inspector das viaturas sobre rodas, que naquela qualidade continuou a exercer as suas funções, ocupando-se especialmente das secções T. M. postas à disposição da A. A.

Conforme disse já, apesar do desenvolvimento dado aos serviços técnicos para conseguir a pronta reparação dos carros de combate, esta não se alcançava. As unidades existentes aptas é que estavam sendo sacrificadas, voltando à luta sem o repouso rigorosamente indispensável, o que mais concorria ainda para a deterioração dos aparelhos. Para acudir à situação previa-se a organização de novos centros, quando sobreveiu o armistício; mas teve ainda lugar uma alteração no existente, como já vamos ver.

Houve no andamento geral da guerra a importante mudança que é conhecida, tendo por resultado o deslocamento completo de todas as unidades da A. A. para o teatro principal das operações, na margem ocidental do Oise. Após os grupos da Champlieu, os de Mailly e de Martigny foram estabelecer-se na zona de combate. Formaram-se então dois núcleos dos quais um constituiu imediatamente a A. A. do 1.º Exército, e o outro o do 3.º Exército. Assim, os grupos que dependiam nominalmente do Grupo de Exércitos do Este ou do Grupo de Exércitos do Norte acharam-se todos reunidos

no território do Grupo de Exércitos de Reserva; não teem já relações com os seus centros de reunião, demasiado afastados, e vivem por intermédio do parque de Champlieu e mais tarde do parque improvisado de Barbéry. As operações deslocam-se em junho para a região do Aisne e do Marne, e o movimento produzido arrasta a A. A. para estas regiões, e teve que se lhes dar outros meios de viver, uns grupos ligando-se ainda a Barbéry, outros tendo o parque de Mailly mais ao seu alcance.

Em resumo: a adaptação ás novas necessidades aconselhava a condição de fazer desaparecer, com os nomes antigos, a fixidez das atribuições a tal ou tal Grupo de Exercitos e a tal ou tal Centro, e pensou-se então na criação de brigadas de A. A., solicitada em junho e aprovada em 5 de julho de 1918. O número de regimentos era variável. O comandante da brigada podia ser posto à disposição dum Grupo de Exercitos ou dum Exército, conforme as circunstancias, desempenhando o papel distribuido a todo o comandante da A. A. junto ás unidades em operações. Destinou-se a cada brigada um parque, mas a designação dêsse parque mudava com a deslocação da brigada; a sua composição era a dos quadros do efectivo aprovados em 21 de Maio de 1918, mas podia destacar para a retaguarda da sua brigada um escalão avançado encarregado do reabastecimento do material, da evacuação dos carros deteriorados e das reparações que não consumissem mais de 15 dias; o escalão da retaguarda, com uma organização mais fixa, empreenderia as reparações mais demoradas; como princípio, êste escalão instalava-se num campo da A. A., mas poderia também, como qualquer outro parque dos Exercitos, transportar-se algures, ao centro duma região de manobra ou de reconstituição das unidades.

Ressalta desta organização, que a A. A. ficava independente das regiões; os próprios parques eram, senão moveis, pelo menos transportáveis; como consequência as S. R. R. previstas para os regimentos tinham que ser reduzidas ao papel de órgãos de "depanagem" e de trens regimentais: neste sentido teve ainda começo a transformação das antigas S. R. R. de agrupamentos, determinada por uma nota de 20 de Agosto, que prescrevia ir passando a ferramenta portátil e os operarios mais aptos para os parques destinados a cons-

tituir destacamentos moveis. As S. R. R. tomariam o titulo de companhias de reabastecimento e de «depanagem».

Pelo facto de ser estabelecida independente do terreno, a A. A. não deixava de ter necessidade de aquartelamentos especiais para as forças e carros fora de acção; e os campos de Maily-Poivres, de Martigny e o de Bourron recentemente criado, administrados permanentemente, foram reservados para receber as unidades em instrução, de reserva ou em reconstrução.

Foram 3 as brigadas que se formaram, cada uma a 3 regimentos.

Assim ficou a A. A. apta para a guerra de movimento a que se ia entregar, quando o exército francês, tendo sofrido a ofensiva inimiga, passou por sua vez ao ataque.

NO INTERIOR

Quando em França se deram os primeiros passos para pôr em prática a idea dos carros de assalto, ficaram muito naturalmente os trabalhos neste sentido desde logo subordinados ao Sub-Secretariado do Estado da Artelharia, tendo como intermediária a Direcção dos Serviços Automóveis, a quem incumbia a iniciativa dos estudos e fabricos, e pertencia dirigir a instrução individual técnica do pessoal.

Com a recomposição ministerial de Dezembro de 1916, a A. A. passa para o novo Ministério do Armamento e Fabricos de Guerra, em que se fundiu o Sub-Secretariado de Estado da Artelharia, continuando como intermediária a Direcção dos Serviços automoveis, que ficou ligada áquele ministério; mas criaram-se ainda o Sub-Secretariado dos Fabricos e o Sub-Secretariado dos Inventos, que também ficaram com intervenção na A. A. O Sub-Secretario dos Inventos constituiu sob a sua presidência uma *Comissão Consultiva de Artelharia de Assalto*, composta de 20 membros, e ainda uma *Comissão de defeitos*. Semelhante organização complicou bastante o desenvolvimento oportuno da A. A., embora a Comissão Consultiva houvesse prestado alguns bons serviços, o que deu lugar, com motivo numa proposta do General Comandante em Chefe dos Exercitos, a que afinal a Artelharia de Assalto passasse em 8 de Janeiro de 1918 para o Minis-

tério da Guerra, pela criação da Sub-Direcção da Artilharia de Assalto ligada à Direcção da Artilharia. O fabrico ficou exclusivamente a cargo do Ministério do Armamento.

O decreto orgânico da Sub-Direcção da Artilharia de Assalto, fixou desta forma as suas atribuições:

1.º Estudos, fixação e modificação eventual dos programas de construção (tipos e quantidades de materiais), sôbre proposta ou prévio parecer do Comando e de acôrdo com o Ministro do Armamento e dos Fabricos de Guerra; directivas a dar aos estudos; determinação e programas de ensaios dos modêlos; fixação das especificações definitivas; fixação das modificações a introduzir nos materiais em fabrico ou em serviço e das encomendas de instrumentos ou ferramentas e de peças de sobressalente;

2.º Instrução do pessoal (oficiais e praças);

3.º Constituição, administração e conservação das unidades. Direcção dos centros e parques de organização;

4.º Relações com o comando dos exercitos e as autoridades correspondentes dos exercitos aliados;

5.º Registo da utilização dos materiais em serviço e das reservas de munições.

*

Iniciada a criação da A. A., os primeiros elementos reuniram-se no Forte de Trou-d'Enfer, perto de Marly-le-Roi, em 15 de Agosto de 1916, (note-se que foi em 1 de Dezembro de 1915, que o coronel Estienne iniciou as diligencias officias para a realização da sua idea, que só, pois, começou a ter execução passados 8 meses e dias), sendo êste o primeiro centro da A. A. no «Interior».

Desde logo, porém, se viu, que com o desenvolvimento que a nova arma ia tomando, não chegaria êste centro de Marly; e procurou-se local para outro nos arredores de Orleans, onde o Serviço de Automóveis tinha já grandes instalações. Escolheu-se o local nos terrenos de Cercottes, e êste segundo centro foi de facto um importante centro de reunião de material e de instrução e organização.

Constituidos os dois centros e remodelados com prescrições que se sucederam á medida que as necessidades se foram reconhecendo, funcionaram paralelamente: Marly encor-

porava o pessoal, que recebia a instrução individual preparatória e constituía as unidades administrativas; estas transferiam-se em seguida para Cercottes, onde tomavam posse do seu material e prosseguiam na instrução; d'êste centro seguiam os grupos para Champlieu e aqui completavam a sua instrução até final.

Em Cercottes funcionava também uma escola de metralhadoras, que fornecia ao mesmo tempo contingentes para Marly e para os corpos.

O Ministro do Armamento, achando que a organização dos centros de Marly e Cercottes, um resultado de improvisações sucessivas, não correspondia á importância que tomava A. A., pensou em constituir :

1.º Um depósito destinado a receber e classificar o pessoal e a dar-lhe em seguida uma instrução preparatória.

2.º As escolas, reduzidas a duas, em vista das facilidades que ofereciam os centros de instrução do Serviço Automóvel, colocados perto, — escola de condução dos carros, escola de metralhadoras e artelheiros.

3.º Um parque de organização compreendendo uma reserva de pessoal mobilizavel e uma reserva de material;

4.º Um centro de aperfeiçoamento para as unidades constituídas prontas a seguir para o exército.

Para utilizar as instalações existentes, o depósito do pessoal e a escola de condução de carros seriam mantidos em Marly; a escola de metralhadores e artelheiros, o parque de organização e o centro de aperfeiçoamento seriam instalados em Cercottes.

O general comandante em chefe não era contrário a que a formação dos grupos de carros ou das Secções de Reabastecimento e Reparações continuasse no «Interior»; mas, respondendo a 22 de Junho de 1917 á comunicação que lhe fôra feita dos projectos ministeriais, solicitou com empenho, que em vista do segrêdo que se devia guardar e da urgência imperiosa que havia, pelo que respeitava á formação das companhias de carros ligeiros, esta formação se levasse a efeito em Champlieu. Além disso, porque a experiência havia demonstrado que a instrução individual ministrada em Marly era muito deficiente, talvez por causa da localidade estar muito proxima da capital, disse que lhe parecia preferivel deixar em

Marly só o depósito e transferir para Cercottes todas as escolas.

Desta forma passaria a haver no «Interior» um unico centro da A. A., o que permitiria reduzir o pessoal fixo e dar mais unidade á instrução.

O Ministro foi mais longe, pois decidiu (Setembro de 1917) a supressão completa do centro da A. A. em Marly, e Cercottes passou em Outubro a desempenhar o triplo papel de depósito, de centro de instrução individual e de base de organização.

A instrução automóvel técnico-prática ficou no centro de instrução do Serviço Automóvel de Orleans.

A administração propriamente dita de todo o pessoal continuou a ser assegurada, como era desde o principio, pelas 80.^a e 81.^a baterias do 81.^o R. A. L., que tinha o seu quartel em Lodève, baterias essas que foram criadas de propósito para êsse efeito.

A constituição de um depósito proprio da A. A., só deveria realizar-se em 1 de Maio de 1918, como mais adiante veremos.

Ao tratar da artilharia de Assalto dos exercitos, referi-me ao Parque de Organização dos Carros Ligeiros, anexo a Champlieu. Como sabemos, a organização das unidades novas dependia do Interior; mas o Comandante da A. A., em 30 de Setembro de 1917, ponderou ao Ministro do Armamento, que o referido parque, por motivos de economia, deveria ser estabelecido em Champlieu e que, tanto para garantir a unidade e rapidez da instrução, como para assegurar a regularidade do serviço, deveria ficar, por delegação do Ministro da Guerra e do Ministro do Armamento, e de acordo com o General Comandante em Chefe, sob as ordens dele General Comandante da Artilharia de Assalto, o que foi concedido. Já disse o que era êste parque, cuja administração ficou a cargo do grupo-depósito da Artilharia de Assalto.

Com o fim de apressar a expedição dos carros para o exterior, o Ministro do Armamento propôs que se fizesse directamente a sua remessa das oficinas sôbre o Parque Anexo de Organização de Champlieu (P. A. O. C.), evitando-se assim a passagem por Mendon e Versailles, onde se estavam recebendo os carros e o material que os acompanhava. Esta pro-

posta foi aceita, por isso que se ganhava na rapidez do serviço, mas com a condição que só fossem entregues carros mobilizáveis. Para que cada um ficasse com a parte da responsabilidade que lhe pertencia, resolveu-se que se organizaria em Champlieu, no terreno adjacente ao P. A. O. C. um anexo do Centro de Aproveitamento do Material Automóvel (C. A. M. A.), que dependeria do Ministério do Armamento, salvo para a disciplina geral e o abastecimento, que por razões de facilidade foram confiados ao General Comandante da Artelharia de Assalto. Neste anexo, instalado em Maio de 1918, se faziam as experiências dos carros, depois do que eram entregues no P. A. O. C., ficando desde esse momento por conta do Ministério da Guerra.

Quando foi da grande ofensiva alemã de Março de 1918, que pôs em sério risco o Campo de Champlieu, o P. A. O. C. e o anexo do C. A. M. A. tiveram que ser também evacuados para Cercottes, assim como muito mais pessoal e material.

Mais tarde, todos os organismos centrais de Champlieu concentraram-se no Grande Parque de Bourron, a que largamente me referi no seu lugar próprio.

Emquanto a Artelharia de Assalto dos Exércitos, sacudida pelo brusco arrancamento do centro de Champlieu, onde estava constituída, se reorganizava nos seus novos centros, aproveitando-se desta ocasião para melhorar a sua importantíssima organização técnica, a Artelharia de Assalto do Interior teve também que pôr a funcionar o centro de Cercottes submergido, assim se pode dizer, pelo refluxo vindo de Champlieu. Neste tempo produziu-se uma importante transformação, satisfazendo a uma ambição justa, ha muito acariciada.

As duas baterias-depósito dependentes do depósito do 81.º R. A. L., aquartelado em Lodève, que foram criadas para a administração dos centros de Marly e Cercottes, tornaram-se por fim manifestamente insuficientes para os efectivos da Artelharia de Assalto, que segundo as previsões feitas deveria compreender, com 142 unidades administrativas, mais de 1000 oficiais e 20.000 praças. Além disso, a dependência em que estavam do depósito de Lodève trazia complicações e atrasos de toda a especie. Emfim, uma parte dos homens, indo, depois da evacuação, até ao depósito de Lodève, era despejada em formações diversas e perdida por consequência para a A. A.,

o que era deveras reparavel se se atender a que êsses homens haviam recebido a longa e difficil instrução especial desta arma.

A estas razões que militavam para a criação dum depósito próprio da A. A. ajuntava-se uma outra, que por ser de ordem moral não era sem valor. A nova arma tem o nome de Artelharia de Assalto, mas contudo não é Artelharia, antes é um órgão de acompanhamento de infantaria; na realidade deve ser uma formação particular com meios proprios de vida, e importava por consequência, no interesse geral, exaltar-lhe o espirito do corpo. Devia-se então distingui-la perfeitamente das formações de artelharia, para que não parecesse apenas um anexo, uma divisão especial e assaz secundaria aos olhos daqueles, que neste periodo mediam a importância da artelharia pelo calibre dos canhões,

Pelos fins de Março de 1918, o Ministro da Guerra tinha, por todas as razões expostas, resolvido que se constituísse um depósito próprio da Artelharia de Assalto e Cercottes foi o local escolhido para a sua sede. O desejado depósito organizou-se, enfim, em 1 de Maio de 1918, como já anteriormente disse, e os seus primeiros elementos foram as baterias-depósito existentes, enxertadas no 81.º R. A. L. quando se criaram e naquela data definitivamente separadas.

O recuo sôbre Cercottes do P. A. O. C., e dos serviços especiais no fim de Março, engrossara o pessoal ordinário do centro com importantes efectivos em officiais e praças. O parque anexo achava-se confundido com o parque de organização propriamente dito. Todas estas denominações foram supprimidas. Desde então houve um centro de Artelharia de Assalto de Cercottes, compreendendo, sob um mesmo commando, um depósito propriamente dito, designado sob o nome de depósito do 500.º Regimento de artelharia e um centro de organização (C. O. A. A.). As baterias antigas continuaram com a administração do pessoal não instruido, o que era destacado para os cursos de automóvel de Orleans e os ausentes por um longo periodo. A 82.ª bateria, especialmente criada agora, foi encarregada da administração do pessoal do centro em instrução e das companhias novamente formadas até que se administrassem por si proprias. O sistema das classes e escolas diversas de Champlieu foi transplantado neste novo

meio, sob a mesma direcção, e ficou servindo de quadro a toda a instrução. A classe tinha uma duração de 4 semanas — as três primeiras consagradas á instrução propriamente dita e a última á constituição da unidade.

As oficinas idas de Champlieu fundiram-se com as existentes em Cercottes numa organização comum.

Foi desde então que se pôde operar regularmente a organização das unidades de carros ligeiros.

(*Continúa*).

MELLO E ATHAYDE.

Ten. coronel.

Serviço de saúde em campanha

Dados estatísticos sôbre as perdas sofridas pelos exercitos franceses durante a guerra de 1914-1918

Segundo os dados estatísticos publicados pelo director do *Serviço de Saúde do Ministério da Guerra*, Dr. Toubert, inspector geral, as perdas totaes da guerra foram, aproximadamente¹.

Mortos no fogo.....	674.700
Mortos em conseqüência das feridas.....	250.000
Desaparecidos (presumidamente mortos no fogo)	225.300
Mortos de doença adquirida em campanha.....	175.000
Total.....	1.325.000

Por estes numeros se vê que o fogo do inimigo fez 6 a 7 vezes mais vítimas que as doenças, o que não sucedera nas grandes guerras anteriores, o que mostra os progressos médico-cirurgicos realizados nos campos de batalha.

Na guerra da Criméa os franceses tiveram 3,5 vezes de mortos por doença em relação aos mortos por ferimentos no campo de batalha. Na guerra de 1870-71 o número dos mortos por doença foi 2,8 vezes maior que os mortos pelo fogo.

¹ Publicado pela "*Revue d'Infanterie*".

Na guerra anglo-boer os ingleses tiveram um número duplo de mortos por doença em relação aos mortos pelo fogo.

Na guerra da Mandchuria o exército japonês teve um reduzido número de mortos por doença, não só por causa das rigorosas medidas higiênicas adoptadas, mas ainda pela salubridade do clima e pelas boas circunstâncias climatéricas e geológicas do terreno.

Na guerra de 1914-918 o número de mortos pelo fogo é 6,5 vezes maior do que os mortos por doença.

Nesta guerra, ainda segundo as indicações do Dr. Toubert, a mortalidade dos feridos tratados nas formações sanitárias foi:

Em 1916, 4,61% nas formações da frente e 7,18% nas da retaguarda¹; em 1917, 5,12% nas da frente e 0,73% nas da retaguarda; em 1918, 7,36% nas da frente e 1,29% nas da retaguarda.

Entre os feridos tratados e curados, ficaram *invalidos* 5.920, desde agosto de 1917 a novembro de 1918. Em 31 de dezembro de 1919 havia em França 40.824 feridos de guerra com aparelhos por amputação e 54.156 que receberam aparelhos de prótese funcional. Além dos mutilados, havia em abril de 1919, 7.256 com fistulas osseas, 14.818 com pseudartrose e 18.941 com lesões nos grossos troncos nervosos, sendo estes 41.015 considerados *invalidos*.

A relação entre o número de *mortos* e o número total de perdas foi de 18,36%, isto é, proximamente 1 morto por cada 4 feridos.

É ainda para notar que, emquanto na guerra estabilizada os mortos representam 21% das perdas, na guerra de movimento essa proporção é de 14,65%.

Nota-se ainda que desde que a guerra se estabilizou até á primavera de 1918 (guerra de posição) os ferimentos devidos ás balas são 16% dos feridos, emquanto que houve 76% devidos ás granadas e aos estilhaços e 8% por outras causas.

Durante a guerra de movimento os ferimentos proveem: 30% de balas; 58% dos estilhaços das granadas; 12% de outras causas.

¹ Esta anormalidade explica-se por terem sido a maior parte dos feridos provenientes das batalhas de Verdun e do Somme, operados só nas formações da retaguarda.

Considerados sob o ponto de vista das *possibilidades de evacuação*, vemos que 74 a 80% dos feridos eram *evacuáveis* e 26 a 20% não eram evacuáveis.

Dos que estavam em condições de serem evacuados, 25% tinham pequenos ferimentos, que lhes permitiam vir por seu pé para os P. S. ou para as ambulâncias.

Em virtude da organização de auto-ambulâncias, que permitiam uma intervenção operatória rápida, foram operados 29.553 homens em 251.314 feridos; isto de agosto de 1917 a novembro de 1918.

Em 1917 a *radiologia* permitiu determinar 98.524 localizações de projecteis. Em 1918 o número de localizações elevou-se a 162.576. Isto prova a importância que adquiriu a radiologia nos campos de batalha.

C.

Obras oferecidas

- 1 **Esboço da geografia militar da Província de Moçambique**, pelo tenente-coronel do corpo do E. M., EDUARDO A. DE AZAMBUJA MARTINS.—Papellaria Guedes, R. Aurea, Lisboa. Folheto de 40 páginas (0,20 × 0,14).

O trabalho agora publicado pelo t. coronel Azambuja Martins, é, já em parte, conhecido, por ter sido publicado nesta *Revista*; mas agora o trabalho sofreu um maior desenvolvimento, pois passou, de 12 para 40 páginas, em virtude de acrescer uma descrição da fronteira do rio *Rovuma*, assim como da fronteira dos montes *Libombos*.

Se na primeira parte do seu trabalho indica rapidamente as características da geografia militar da nossa província de Moçambique, na 2.^a parte, dá uma indicação bastante elucidativa acêrca da bacia hidrográfica do Rovuma e da fauna e flora da região, assim como das condições climatéricas.

Tratando depois da descrição dos Libombos, põe bem em evidência a importância político-militar d'êste acidente geográfico, fronteiro natural do sul da nossa província, separando-a do Transvaal.

No decurso de toda a exposição feita, o autor manifesta os seus vastos conhecimentos da província de Moçambique, o intenso interesse que mostra pelas questões coloniais, e, sente-se em todas as suas considerações, vibrar o seu grande patriotismo e desejo que firmemos de uma maneira positiva o nosso domínio na Africa oriental. Nomeado ainda ha pouco governador de um importante distrito da província, terá mais uma vez ensejo de salientar as suas belas qualidades militares e morais e o seu alevantado caracter.

V. C.

- 2 **Regulamento para a organização do arquivo histórico militar**.—Imprensa Nacional de Lisboa, 1921. (Publicação do Ministério da Guerra).

O autor da reorganização do exército de 1911, no louvável propósito de conservar e valorizar os papeis militares históricos, que em Por-

tugal não tem merecido o aprêço que logram em todos os países verdadeiramente cultos, creou o Arquivo Histórico Militar e colocou-o sob a dependên ia da primeira Direcção do Estado Maior do Exército.

Creemos sinceramente que os diferentes ministros que se tem succedido na gerência da pasta da guerra, hajam nutrido desejos de executar aquella disposição da lei, mas circunstâncias muito variadas tem-nos impedido de pôr em prática as suas boas intenções.

Se a memória nos não lalha, chegaram me: mo a ser nomeadas duas comissões para tratar do assunto, depois da proclamação da República, e cremos não estar em êrro afirmando que a falta de casa adequada para arquivo fez que os trabalhos dessas comissões não fôssem além do seu início.

Também antes de 1910 alguns ministros reconheceram a necessidade de dar ao arquivo uma organização que o tornasse apto para receber os investigadores que ali fôssem buscar elementos para os seus estudos, proporcionando-lhes meio fácil de os colher. Um dos que por êle se interessaram foi o falecido general Sebastião Teles, como aliás era de esperar da sua grande cultura intellectual.

Manda a justiça lembrar, nesta ocasião, os nomes de alguns funcionários que, desajudados de recursos, muito fizeram pela conservação e arrumação dos importantes papeis confiados à sua guarda. Foi um deles o arquivista Vale, a quem se deve, talvez, uma tal ou qual ordem que se notava no arquivo, e até um esbôço de catalogação parcial que nos foi útil quando por lá andámos, há bons vinte anos, com Maximiliano de Azevedo, em busca de documentos para um trabalho histórico de que estavamos incumbidos. Também o sr. Chiehorro, o arquivista até há pouco encarregado do arquivo, fez por êle quanto lhe permitiam os seus minguados recursos, não podendo nós esquecer a solicitude com que nos prestou muitos e valiosos esclarecimentos, mercê do seu largo conhecimento da casa.

Tudo isto, porém, pertence ao passado, que por indole e gratidão nos apraz recordar.

O arquivo entra agora numa fase nova. Vai pôr-se em prática a organização decretada em 1911, que, como dissémos, o torna dependente do Estado Maior. E a propósito diremos que talvez o arquivo lucrasse mais em ser independente, isto é, em tratar directamente com o Ministério da Guerra, pois a ligação com o Estado Maior não servirá senão para lhe criar peias, que são sempre de evitar.

O regulamento, agora publicado, e no qual teve decerto grande parte o primeiro director do arquivo, o nosso colega da empresa da Revista Militar, sr. Coronel Pacheco Simões, official que a notaveis dotes de trabalho e tenacidade junta reconhecida competência em assuntos de natureza histórica, contém disposições que definem o fim da nova instituição e lhe dão os meios para poder viver e desenvolver-se, tornando-se útil aos estuuiosos.

São 29 os seus artigos, alguns subdivididos em vários números.

Por este diploma deverão incorporar-se no arquivo não só os documentos actualmente pertencentes ao Ministério da Guerra, mas também os que se encontram em posse do Ministério das Colónias e de qualquer outro ministério, passando o arquivo a repartir se em duas grandes secções, uma que compreenderá as campanhas na metrópole, bem como os periodos que as separam, isto é, tudo quanto se refere às tropas europeias; outra que abrange as campanhas ultramarinas.

Entende-se assim, parece, reunir num só arquivo tudo quanto respeita à instituição militar.

Creemos que estas disposições são da lei orgânica, limitando-se o novo regulamento a transcrevê-las. Dizemos isto porque discordamos delas, e alguém poderia acaso ver nas nossas palavras menos aprêço pelo regulamento, que aliás é a todos os respeitos um trabalho construtivo de que há muito a esperar se fôr posto em prática como deve ser.

Discordamos, porém, das disposições que citámos, por motivos que nos parecem fundados. Em nosso entender os documentos relativos às guerras ultramarinas deviam fazer parte dum arquivo colonial, que ainda está por organizar, mas que mais cedo ou mais tarde se ha-de fazer. Nem se compreende que um país com as vastas colónias que nós possuímos e que tanto se orgulha, e com sobeja razão, da sua história colonial, não tenha ainda reunido num grande arquivo os documentos que testemunham a grandesa desse passado. Tirar-lhe parte dos papeis que legitimamente lhe pertencem para os entregar ao arquivo histórico-militar seria trunca-lo lastimosamente. É preciso notar que as campanhas ultramarinas são precedidas de um período de gestação, por vezes muito longo, e de episódios sempre inextricavelmente enlaçados na história geral.

Deixemos, porém, este reparo, sobre o qual havia muito a dizer, e continuemos a sumariar as disposições do novo regulamento.

Os n.ºs 4.º a 9.º contem úteis disposições sobre arrumação de papeis e sua catalogação. O n.º 11 occupa-se da impressão de documentos importantes e dos trabalhos históricos do pessoal do Arquivo; o n.º 13 é sobre consulta de papeis, que é cercada das devidas cautelas; os n.ºs 17 a 22 referem-se ao pessoal e suas atribuições e obrigações; o n.º 25 trata da receita do arquivo e os restantes da instalação.

Tal é, resumidamente exposta, a nova organização do arquivo. Oxalá que ela seja levada a cabo e oxalá também que os preciosos papeis que são a melhor fonte dos estudos históricos militares, fiquem, enfim, guardados com o merecido cuidado e que os investigadores tenham a certeza de poder encontrar no Arquivo os documentos de que careçam, o que até agora só se podia conseguir à custa de muito trabalho, perante o qual só não desistiam os tenazes.

T. B.

3 **Livro da Guerra de Portugal na Flandres**, pelo Capitão DAVID MAGNO.—2 vol.—1921.

Multiplos afazeres nos tem impedido de fazer há mais tempo as devidas referências a varias obras que temos sobre a nossa banca de trabalho.

Está neste caso o *Livro da Guerra de Portugal na Flandres*, do nosso distinto camarada e consócio na *Revista Militar*, o sr. capitão David Magno, ao qual apresentamos as desculpas pela involuntaria demora em tratarmos do seu importante trabalho.

O capitão David Magno é bastante conhecido nos nossos meios militar e colonial pela sua intelligência, acrisolado patriotismo e serviços prestados, principalmente nos Dembos e agora na Grande Guerra, em que tomou brilhante parte como oficial do 13 e foi condecorado.

O seu livro, que lemos com muito agrado, está escrito numa linguagem simples, como convêm a obras descritivas de acções militares, e é entrecortado de episódios heróicos e comoventes, destacando-se o episodio de Red House em que tão alto subiu a figura épica do tenente-coronel José Xavier Barbosa da Costa, prototipo do Soldado Português, que já se evidenciára notavelmente nas campanhas de Africa, numa das quais tivemos a honra de ser seu companheiro de armas.

No primeiro volume da obra a que nos vimos referindo, o capitão David Magno descreve duma forma geral a vida e acção do nosso C. E. P., dedicando especialmente as suas atenções á batalha de 9 de abril e, como é natural, ao batalhão de infantaria n.º 13, em que serviu, sem deixar de fazer largas referências á quasi totalidade das unidades que da guerra participaram.

Este volume, assim como o 2.º, em que se relacionam os legionários da Flandres e se dão preciosas indicações para a história dos batalhões da nossa infantaria, constituem um repositório valioso, que os estudiosos compulsarão muitas vezes quando quiserem pormenorizar

nos seus multiplos aspectos a acção das tropas portuguezas na Grande Guerra.

Agradecemos ao sr. capitão David Magno a oferta do seu valioso trabalho, que vem enriquecer os arquivos da nossa história militar

D. B.

CRÓNICA MILITAR

Alemanha

Feridos durante a guerra de 1914-1918.—O jornal alemão *Militar Wocheblatt* de 17 de setembro de 1921 insere um artigo assinado pelo general von Altroch, onde se indica o número de feridos sofrido pelo exército durante a grande guerra.

I — *Oficiais e equiparados.*

A Prussia teve.....	70.285	oficiais e	3.870	aspirantes ;
a Baviera.....	8.679	" "	378	" ;
a Saxonia.....	6.808	" "	266	" ;
o Wurtemberg.....	4.633	" "	260	" ;
as tropas coloniais..	227	" "	2	" ;
Total.....	90.632	" "	4.776	" ;
			95.408	
Marinha.....			799	
			96.207	

II — *Sargentos, cabos e soldados.*

Prussia.....	113.371	sargentos ;	253.215	cabos ;	2.839.264	soldados ;
Baviera.....	14.913	" ;	34.623	" ;	374.988	" ;
Saxonia.....	10.596	" ;	24.597	" ;	265.154	" ;
Wurtemberg.....	6.810	" ;	15.601	" ;	163.693	" ;
Totais.....	145.690	" ;	328.036	" ;	3.643.099	" ;
			4.116.825			
Tropas coloniais.....			964			
Marinha..			30.286			
Total geral.....			4.148.075			

Juntando os mortos nos campos de batalha, ou em consequência dos ferimentos, temos que as perdas alemãs se elevam a 6.055.688.

As pensões de reforma dos oficiais da "Reichsheer".— Segundo a lei de 4 de agosto de 1921, todo o oficial que tiver 10 anos de serviço pode reformar-se com 35 % do vencimento de efectividade, tendo um aumento de 2 % por cada ano a mais dos 10, mas sem poder ir além de 75 % do último vencimento. O oficial reformado continúa porém a ter o mesmo subsídio, que na actividade, por encargos de familia, para fazer face á carestia da vida, e por transferência.

—O oficial, ao reformar-se, pode pedir uma subvenção correspondente a 4 vezes a pensão de reforma, passando desde então a receber só metade da pensão durante dez anos. Esta subvenção só póde ser concedida quando o

oficial prove que se destina á compra de uma propriedade, ou a melhoramentos nalguma que o oficial já possua.

Os oficiais que não recebem esta subvenção, e que tenham o posto não superior a coronel, pedem um diploma especial, que lhes permite terem preferência para o desempenho de lugares remunerados pelo estado, ou pelas comunas.

—No fim de 4 anos de serviço, o oficial póde passar á reserva, recebendo o soldo de um ano. No fim de 8 anos o oficial recebe o soldo correspondente a 2 anos.

—A passagem á reserva, ou á situação de reformado tem lugar sem que o oficial tenha de requerer para ser presente a uma junta de saude.

A evolução da cavalaria alemã nos últimos anos. — De 1874 a 1914 (nas vesperras da guerra) a cavalaria alemã passava de 465 esquadrões a 550, tendo assim um aumento de 85 esquadrões, emquanto que a infantaria passava de 469 batalhões a 669, ou sejam mais 200 batalhões. Os 110 regimentos de cavalaria tinham 5 esquadrões com um efectivo uniforme e reforçado, tendo cada esquadrão 4 ou 5 oficiais, 16 sargentos, 3 clarins, 128 soldados e 145 cavalos da fileira. Os sargentos eram quasi todos readmitidos, e os soldados tinham, pelo menos, os 3 anos regulamentares, havendo porém bastantes com 4 e mais anos. Pode-se, pois, dizer que a cavalaria alemã, ao entrar em campanha em 1914, era fortemente constituída.

—No momento da mobilização um dos 5 esquadrões (á sorte) passava a constituir o *depósito*, cedendo aos outros 4 esquadrões os elementos melhores e recebendo os que não estavam em condições de entrar em campanha.

—Toda a cavalaria estava então subordinada a um *inspector geral*, do qual dependiam as 4 inspecções de cavalaria (Posen, Stettin, Strasbourg e Sarrbruck) e a escola militar de equitação do Hannovre e as escolas de oficiais (escolas de applicação) de Paderborn e de Soltau e a escola veterinária.

—Os regimentos de cavalaria conservavam ainda os agrupamentos clássicos de:

Cavalaria pesada (14 regimentos), *cavalaria de linha* (26 regimentos) e *cavalaria ligeira* (70 regimentos). O E. M. de cada regimento compreendia 6 oficiais e 12 praças de pré.

—Os regimentos eram comandados por coroneis (17 regimentos), t-coroneis (49 regimentos) ou mesmo por majores (44 regimentos).

Isto tinha por fim principal regular as promoções em todo o exército, de forma a não haver armas mais favorecidas do que as outras.

Os regimentos de cavalaria eram grupados 2 a 2 em brigadas, e estas, em geral, estavam orgânicamente dependentes das divisões de infantaria, a não ser na Guarda, onde 4 regimentos constituíam uma divisão.

Ainda como consequência de uma melhor distribuição de generais e regularização das promoções, nós vemos que nas 55 brigadas de cavalaria, eram 3 comandadas por generais de divisão, 28 por generais de brigada e 24 por coroneis.

—No momento da mobilização deviam ser as 11 divisões de cavalaria a constituir dotadas com elementos orgânicos de artilharia a cavalo, metralhadoras e pioneiros.

Para isso havia em tempo de paz: 11 grupos de baterias, pertencendo ca a grupo a um regimento de artilharia de campanha; 11 destacamentos de metralhadoras, estando cada um adido a um regimento de infantaria ou batalhão de caçadores; 11 destacamentos de pioneiros, também adstritos aos batalhões de pioneiros de campanha.

As divisões de cavalaria eram ainda reforçadas por companhias ciclistas, que no tempo de paz, formavam as 6.^{as} companhias dos batalhões de caçadores (18 companhias correspondentes aos batalhões de caçadores).

—Na ocasião das manobras, em que se constituíam *divisões de cava-*

laria, estas manobravam com todos os elementos orgânicos, com que deveriam ser dotadas em tempo de guerra.

—Toda a cavalaria era armada de lança, com tubo de aço, e de uma carabina Mauser com carregador com 5 cartuchos, e dispondo cada carabina de 75 cartuchos (60 levados pelo homem e 15 no cavalo).

O combate a pé, pelo fôgo, tinha adquirido uma grande importância nos últimos anos na cavalaria alemã.

Quando em agosto de 1914 foi mobilizado o exército alemão, cada uma das 11 divisões de cavalaria foi constituída com 3 brigadas a 2 regimentos, estes a 4 esquadrões. Os 44 regimentos restantes forneceram a cavalaria das 50 divisões activas, ficando o regimento activo mobilizado com 36 oficiais, 688 praças de pré, 765 cavalos e 19 viaturas. Cada divisão tinha 5.000 homens, 5.300 cavalos e 200 viaturas.

A cavalaria da reserva mobilizada foi distribuída pelas 30 D. I. de reserva, tendo cada D. I. um regimento a 3 esquadrões.

Também foram mobilizados 64 esquadrões de cavalaria de *landwehr*, tendo cada esquadrão 6 oficiais e 153 praças de pré

Mobilizaram-se ainda esquadrões de cavalaria de *ersatz*—, que entravam na composição de brigadas mixtas de *ersatz*; e esquadrões de *landsturm*.

Parece que foram mobilizados:

452 esquadrões activos; 96 de reserva; 64 de *landwehr*; 6 de *ersatz*; e 110 de depósito.

Como *cavalaria de exército* foram organizados logo no começo da guerra 4 corpos de cavalaria, com um E. M. e 2 ou 3 divisões. Estes corpos de cavalaria foram grupados diversamente, no decurso das operações, segundo as circunstâncias. Os 1.º e 2.º corpos que estiveram fazendo parte dos II e I exércitos, foram reunidos sob um único comando, do general Marwitz, para cobrir a esquerda do 1.º exército e tapar a enorme abertura de 40^{km} que se produziu entre os 1.º e 2.º exércitos.

Ainda, quando teve lugar a célebre *corrida ao mar*, se reuniram sob um comando único, operando na ala direita, os 1.º, 2.º, 4.º e 5.º corpos de cavalaria.

Este último de recente organização.

Mais tarde foram enviadas algumas divisões de cavalaria para a frente oriental (1.º e 2.º corpos) e então houve novos agrupamentos orgânicos.

Chile

Criação de um curso para os serviços de armamento e material de guerra, topografia e geodesia.

Fazendo parte integrante da *academia de guerra*, foram criados: um curso preparatório e cursos especiais técnicos.

O curso preparatório é comum aos 2 ramos de serviço.

O curso destinado a formar oficiais técnicos de armamento e material de guerra dura dois anos (curso A); o curso para formar oficiais com conhecimentos especiais de topografia e geodesia é de um ano (curso B);

O curso preparatório comum dura um ano e compreende: matemáticas, física, mecânica, química inorgânica, balística, geometria analítica, geometria descritiva e desenho, aviação, tática e armamento.—A' escolha, francês ou inglês.

—O curso A, 1.º ano, compreende: matemáticas, geometria descritiva, mecânica, electro-mecânica, química orgânica, experimental, química analítica, metalurgia, construção de armamento, balística, elementos e utensílios das máquinas, tática e aeronautica. A' escolha, francês ou inglês.

Curso A, 2.º ano: matemáticas, mecânica do calor, química dos explosivos, fotografia técnica experimental, construção de armamento, balística; francês ou inglês

Curso B: cálculo diferencial e integral, topografia e geodesia, trigonometria esférica, geometria analítica, cosmografia e astronomia, tática e desenho.

O director da academia de guerra foi autorizado a alterar o regulamento de maneira a torná-lo applicável aos novos cursos.

Estados-Unidos

As transformações do exército durante a guerra.—O exército dos E. Unidos, no momento da declaração da guerra, em abril de 1917, estava muito longe de poder corresponder ao grande esforço que essa luta gigantesca exigia.

O exército tinha um efectivo muito reduzido, e, nem possuía quadros, nem material; e comtudo, o governo americano obrigou-se a enviar á Europa 80 divisões até julho de 1919 e 100 divisões no fim do mesmo ano.

Onde ir buscar os quadros para a mobilização de 4.000.000 de homens, exigindo 200.000 officiaes, quando apenas havia 20.000?

Em primeiro lugar lançou-se mão dos sargentos, que foram promovidos a officiaes, mas apenas se apuraram 16.000. Faltavam ainda 164.000!

Para as diversas especialidades, médicos, pharmaceuticos, telegrafistas, sapadores de caminhos de ferro, intendência, etc., recorreram ao elemento civil habilitado com os conhecimentos destas especialidades e assim se obtiveram 70.000 officiaes. Ainda havia necessidade de mais 94.000.

Tinham-se criado nos E. Unidos 32 campos de instrução, com uma capacidade para receberem 48.000 homens em cada um. Junto de cada campo de instrução criou-se uma escola para officiaes, onde eram admitidos, sem exame, os mancebos com alguma instrução, e que seguiam aí um curso de 4 menses, no fim do qual eram promovidos a alferes. Assim cada escola forneceu 3.000 officiaes com uma regularidade matemática, sem possuírem porém os conhecimentos indispensáveis para o desempenho das funções a que eram chamados na guerra.

Para obter os quadros de instrutores para estas escolas tinha-se recorrido aos officiaes do exército regular e aos melhores sargentos, o que diminuía ainda mais o valor dos quadros das unidades. Mas como os officiaes americanos desconheciam a maneira de fazer a guerra com os novos materiais e os novos processos de combate, tiveram de recorrer aos officiaes francezes e ingleses, sendo para ali enviadas missões constituídas por 286 officiaes francezes e 261 officiaes ingleses, auxiliados por um grande número de sargentos.

—Os officiaes francezes encarregaram-se de dirigir a instrução da espingarda-metralhadora, da granada, da técnica do tiro da artilharia, dos trabalhos de campanha e das ligações.

—Os ingleses encarregaram-se do ensino das metralhadoras pesadas, do morteiro Stokes, da esgrima á baioneta, da protecção contra os gases e do tiro de precisão. Artilheiros francezes foram dirigir a escola de tiro de artilharia de Fort-Sill: aviadores francezes e italianos foram para os centros de aviação; e ainda foram francezes para a escola de aerostação.

—Não ficou porém aqui a acção dos officiaes estrangeiros: Êles organizaram cursos para officiaes subalternos e para capitães, e também para officiaes superiores e officiaes de estado maior, e até mesmo foi criada uma escola de estado maior destinada a formar chefes de estado maior, chefes de repartições e chefes dos serviços das novas divisões.

Isto explica-se, porque os officiaes de E. M. tinham sido improvisados.

A penúria de officiaes para fazer face aos numerosos quadros que foi preciso criar, deu lugar a uma extraordinária aceleração nas promoções, ainda que estas foram, na maior parte, temporárias, só para o periodo da campanha.

Assim era vulgar ver um tenente com 2 anos de posto em abril de 1917 ser tenente-coronel um ano depois; um sargento de artilharia ser promovido a alferes em maio de 1917, a tenente em junho, a capitão em setembro e a major de E. M. em abril de 1918.

E' para notar, porém, que aquêlê tenente-coronel, ao terminar a guerra, voltou a capitão, e êste major tornou a colocar as suas divisas de 1.º sargento! Que diferença entre o novo e o velho mundo!

—Ao passo que criavam e organizavam quadros a vapor, da mesma maneira se improvisavam as divisões, onde não havia grande consistência.

Basta dizer que nalguns campos, nos primeiros meses, a instrução era ministrada aos soldados com espingardas de madeira, á falta de armamento verdadeiro. Não havia também homogeneidade nessas massas de homens que chegavam aos campos de instrução das regiões as mais diversas, e a tal ponto, que se tiveram de criar escolas de... *inglês*, porque um grande número de recrutas não falavam esta lingua! Uma verdadeira torre de Babel.

—Eram precisas 2,5 milhões de espingardas, 200.000 metralhadoras e espingardas-metralhadoras, granadas, munições, artilharia, etc., e as fábricas americanas não podiam satisfazer rapidamente a tais exigências de fabrico.

A França e a Inglaterra (esta em menor quantidade) forneceram a artilharia, tendo os americanos de fabricar as espingardas e o restante armamento da infantaria.

Contudo uma actividade febril se desenvolveu, os campos da instrução tornaram-se verdadeiras cidades!

Basta citar os campos de instrução de Forrest e de Greene, que occupavam 10 km² de superficie, onde se reuniram um Q. G. de divisão, 6 regimentos de infantaria em pé de guerra, 3 ambulâncias de campanha, um hospital de campanha, uma escola de serviço de saúde para 2.000 alunos e uma escola para 3.000 aspirantes a officiais. O que pode a energia de um povo, dotado de uma alta compreensão dos seus deveres civicos e propulsionado por uma grande fôrça motora, que se chama... *milhões de dolars*.

França

Reorganização do Conselho Superior da Defesa Nacional.—A guerra mundial, cujos ecos ainda resoam, veiu evidenciar que as modernas guerras, são lutas de povos contra povos, de nações contra nações. Cada uma destas procura pôr em jogo todos os meios de luta, toda a fôrça viva de que é capaz. Não basta armar os homens para os campos de batalha, é necessário alimenta-los, vesti-los, apetrecha-los; mas a nação não está toda nos campos de batalha. Alguém fica, alguém tem de amanhar as terras; é preciso intensificar o fabrico de material de guerra, de artigos vários que os exércitos carecem: é preciso providenciar para que a nação não se estiole, e não sequem todas as fontes da intelligência de que ela se há de alimentar durante e após a guerra. Vê-se, pois, que nas modernas guerras, entram em jogo elementos multiplos e complexos a que os governos teem de atender.

Assim se compreende que a preparação para a guerra no tempo de paz não atende só aos elementos puramente militares, mas a muitos outros. Não se confinam unicamente no ministério da guerra, mas tornam-se extensivos a outros ministérios.

A mobilização não é pois restricta ao ministério da guerra. Outros mais nela teem de intervir. Isto é, em cada ministério ter-se-há de estudar e preparar a mobilização dos elementos que lhes dizem respeito. Haverá, portanto, tantos planos de mobilização quantos os ministérios que forem chamados a intervir na guerra.

Para que tais planos sejam harmonicos, é preciso que haja desde o tempo de paz um órgão coordenador. Essa necessidade assim foi reconhecida em França, onde acaba de ser reorganizado o *Conselho Superior da Defesa Nacional*, que terá por missão, como diz o relatório, que antecede o decreto: «Como deve ser concebido e organizado o mecanismo governamental e administrativo do tempo de guerra; como será repartida a energia do país entre o esforço propriamente militar e os órgãos que devem assegurar a vida da nação; qual a parte que deverá ser mantida da actividade agricola, comercial e da produção privada; que meios de comunicação, de trocas e de ligação devem ficar à disposição do público; que parte será deixada à formação intellectual e profissional da juventude; por que meios o país conciliará a necessidade de combater vitoriosamente com a obrigação de progredir para salvaguardar as suas finanças, e a sua existência futura.»

E assim, continúa o mesmo relatório, teremos de atender não só «à direcção da guerra, mas à organização geral da nação para o tempo de guerra; aos diversos fabricos; ao reabastecimento geral; aos transportes de diversas categorias.»

Assim como na organização militar, há junto do comando um *estado maior*, cuja missão primordial é preparar as decisões do comando e assegurar depois a sua execução; assim também existe em toda a empresa industrial ou comercial um órgão auxiliar, que desempenha junto do órgão director um papel análogo ao do estado maior junto do comando.

Tal foi o critério que se teve em vista naquele decreto ao reorganizar a comissão de estudos que funciona junto do conselho superior.

O decreto a que nos temos referido compreende nove artigos, que passamos a indicar:

No *artigo 1.º* fixa-se a missão do conselho superior, que é examinar todas as questões relativas à defesa nacional, e que exigem a cooperação de diversos ministérios.

No *artigo 2.º* determina-se que o presidente reúna o Conselho pelo menos, duas vezes no ano (em abril e outubro), podendo porém o presidente da república convocar a sua reunião, quando o julgue necessário, e tomando a presidência, se assim o entender.

No *artigo 3.º* é fixada a composição do conselho, que compreende dez identidades:

O presidente do ministério, (que é o presidente); os ministros dos negócios estrangeiros, do interior, das finanças, da guerra, da marinha, dos trabalhos públicos e das colónias; o vice-presidente do conselho superior de guerra e o vice-presidente do conselho superior da marinha, tendo estes dois voto consultivo.

Pelo *artigo 4.º* é criada uma *comissão de estudos*, encarregada de estudar todas as questões que devam ser submetidas às deliberações do conselho superior da defesa nacional. Esta comissão funciona sob a direcção do presidente do conselho, que indica o vice-presidente, sendo constituída por: um delegado da presidência do conselho; um delegado do ministério dos negócios estrangeiros; o director da segurança geral; um delegado do ministério das finanças; o chefe do estado maior general do exército; o chefe do estado maior da marinha; um delegado do ministério dos trabalhos públicos; um delegado do ministério do comércio; um delegado do ministério da agricultura; um delegado do ministério do trabalho; o general presidente da comissão consultiva das colónias; um delegado do sub-secretário de estado da marinha mercante; um delegado do sub-secretário de aeronautica, o general 1.º sub-chefe do E. M. do exército; o almirante 1.º sub-chefe do E. M. da marinha.

Os representantes dos ministérios na comissão de estudos são nomeados por um decreto, sob proposta dos respectivos ministros. Os membros desta comissão podem ser convocados para as sessões do conselho superior, tendo voto consultivo.

O *artigo 5.º* reparte a comissão em 4 secções de estudo, tendo cada uma o seu presidente, nomeado pelo presidente do conselho, e tratando respectivamente:

- 1.ª—Organização geral da nação para o tempo de guerra;
- 2.ª—Direcção da guerra;
- 3.ª—Abastecimento geral do país e transporte de todas as categorias;
- 4.ª—Toda a espécie de fabrico.

Cada assunto tem um relator, nomeado pelo presidente da secção.

Além das 4 secções, ainda faz parte da comissão, a título provisório, a secção de aeronautica, criada por um decreto de 1 de julho de 1921.

Pelo *artigo 6.º*, o conselho superior pode convocar, a título consultivo, todas as pessoas, que possam dar esclarecimentos para a execução dos trabalhos.

Pelo *artigo 7.º* é criada uma *secretaria geral* permanente, tendo por fim:

- 1.º—Centralizar os assuntos a submeter à comissão de estudos e ao conselho superior;

2.º—Preparar e coordenar os trabalhos das secções, auxiliar os relatores na reunião dos elementos necessários às diversas questões a discutir, e na redacção dos relatórios a apresentar;

3.º—Participar aos ministérios respectivos as decisões tomadas pelo governo após as decisões do conselho superior e providenciar para a sua execução em nome do presidente do conselho.

A secretaria geral, cuja composição deve ser fixada por um decreto do presidente do conselho, está imediatamente subordinada ao sub-secretário de estado do presidente do conselho, tendo como adjunto um general designado pelo ministro da guerra.

O *artigo* 8.º determina que os arquivos do conselho superior da defesa nacional sejam conservados no ministério da guerra.

Por fim, o *artigo* 9.º, e último, revoga os decretos de 3 de abril de 1906, de 28 de julho de 1911 e de 14 de junho de 1913, que eram relativos à criação e reorganização do conselho superior de defesa nacional.

Organização dos estágios na escola de Joinville em 1922.—Para o ano de 1922 são organizados dois estágios de diferente duração na escola de Joinville.

Os estágios de maior duração são destinados a oficiais superiores, a oficiais subalternos e a praças de pré.

Os oficiais superiores fazem um estágio de 4 semanas; mas no começo da 4.ª semana procede-se a uma classificação, indicando-se os que podem fazer um estágio de aperfeiçoamento de mais 8 semanas, e tendo por fim preparar oficiais para os serviços de instrução física.

Os oficiais subalternos fazem um estágio de 12 semanas, tendo em vista formar instrutores para os corpos de tropa e para os serviços de instrução física.

As praças de pré, ou vão fazer um curso de aperfeiçoamento de 12 semanas (os que veem dos centros regionais), ou veem preparar-se para monitores nos corpos e serviços subdivisionários, sendo o seu estágio também de 12 semanas.

Ainda vão a Joinville fazer um estágio de aperfeiçoamento, de 4 semanas, os oficiais e praças, respectivamente instrutores e monitores, dos centros regionais e das escolas militares. Este curso de aperfeiçoamento tem lugar dentro dos meses de agosto e setembro.

Os estágios de grande duração são escalonados por 4 períodos do ano: 1 de fevereiro a 24 de abril; 10 de maio a 7 de junho; 8 de junho a 1 de agosto; 11 de outubro a 31 de dezembro.

No 1.º período são chamados 105 oficiais subalternos e 250 praças de pré; no 2.º período concorrem 132 oficiais superiores; no 3.º período, 25 oficiais superiores e 250 praças de pré; no 4.º período, 105 oficiais subalternos e 250 praças de pré.

Os oficiais e praças de pré chamadas a estágios na escola de Joinville devem apresentar um atestado médico, provando que satisfazem a todas as condições de aptidão física.

Diversos

Influência da grande guerra. Abaixamento da cultura intelectual.—Uma das graves consequências sob o ponto de vista moral, da última guerra, é o abaixamento da cultura intelectual, que se está manifestando por toda a parte. Este fenómeno não se dá só em Portugal. Também em França está preocupando seriamente os sociólogos.

A «*Revue générale de l'Electricité*» chama a atenção para o facto apontado pelas comissões de exames, que manifestam a sua estupefacção pela ignorância dos candidatos, submetidos aos últimos exames.

Há uma completa indiferença pelo saber, uma falta de precisão nos métodos, uma incapacidade de raciocinar e uma dificuldade em exprimir as próprias idéas. A decadência da cultura intelectual manifesta-se mesmo nos no-

vos professores. Reconhece-se assim que na guerra sucumbiram as melhores capacidades intellectuais; e desta forma as nações veem-se sériamente ameaçadas no seu desenvolvimento scientifico, industrial e comercial, isto é, no seu futuro, com uma geração que renuncia à cultura intellectual e à reflexão.

Esta decadência acentua-se mais nas nações da raça latina. Torna-se, necessário reagir contra esta fraqueza moral.

Electrificação dos caminhos de ferro italianos.—Em virtude do decreto de 25 de agosto de 1919, dever-se-ia proceder à electrificação de 6.000 quilómetros de via ferrea nas linhas do Estado, assim como promover-se a electrificação das linhas particulares.

As dificuldades provenientes da guerra tem sido um embaraço para a cabal execução do programa.

Actualmente há 2.489 km. de linhas electrificadas directamente pelo Estado; 1.736 km. pela indústria particular; e 254 km. em linhas experimentais. Temos assim 4.479 km.

É na alta Itália que as linhas electrificadas tem maior desenvolvimento, porque aí há maiores forças hidricas, e numerosas redes de distribuição de energia electrica, e susceptíveis de um grande aumento.

O desenvolvimento industrial do nitrogénio na Alemanha.—Durante os 4 anos de guerra tomou na Alemanha um grande desenvolvimento a extracção industrial dos produtos nitrogenados da atmosfera. Não podendo importar do estrangeiro as matérias primas para a obtenção dos produtos nitrogenados, tão necessários ao fabrico das pólvoras e explosivos, e ainda aos adubos, que aumentam a produtividade da terra, os alemães recorreram à atmosfera. Antes da guerra a Alemanha consumia 220.000 toneladas de nitrogénio em diversos compostos, como eram o salitre do Chile, e o sulfato de amonio, a cinamida de calcio, etc., dos quais 200.000 eram destinadas à agricultura e 20.000 ao fabrico da celuloide, da seda artificial, de explosivos, etc.

50 % do nitrogénio provinha do salitre do Chile.

Na Alemanha obtinham-se produtos nitrogenados como produtos secundários das fabricas de cok e do gaz de iluminação.

O sulfato de amonio que se obtinha na Alemanha, e de grande consumo como adubo, chegou a ser, no ano anterior à guerra, de 550.000 toneladas, o que equivale a 110.000 toneladas de nitrogénio.

Já antes da guerra havia a indústria da extracção do nitrogénio do ar, mas em pequena escala, não dando mais de 16.000 toneladas por ano, e apenas havia duas fábricas, cada uma das quais produzia anualmente 25.000 toneladas de anamidas de calco.

O processo do Dr. Haber, posto em exploração por uma fábrica de Baden, e depois aperfeiçoado pelo Dr. Bosch em 1914, permitiu à Alemanha a obtenção de uma parte da matéria prima para o fabrico dos explosivos e pólvoras, sem recorrer ao salitre, que lhe não podia vir de fora; mas só sucessivos aperfeiçoamentos permitiram a obtenção do amoniaco em larga escala, e a sua transformação em ácido nítrico.

Instalaram-se varias fábricas, de um enorme desenvolvimento tanto na Alemanha como na Austria, todas montadas segundo o sistema Frank-Caro. Em fins de 1915 já as fábricas produziam 380.000 toneladas de cianamida, que atingiram em 1918 555.000 toneladas, a que corresponde 110.000 toneladas de nitrogénio combinado. Montou-se também uma importante fábrica do Estado em Piesteritz, que transformava 150.000 toneladas de cianamida em ácido nítrico. Esta fábrica era servida por 15 km. de linhas férreas. Terminada a guerra, estas fabricas fornecem todos os produtos nitrogenados que a Alemanha precisa para fertilizar as terras.

—Recenseamento da população da Suíça em 1921.—Segundo as ultimas estatísticas, a população da Suíça eleva-se a 3.880.320 habitantes, tendo tido, portanto, um aumento de 127.000 pessoas desde 1910, ou sejam 3,4 %. A densidade da população é de 95 habitantes por quilometro quadrado.

Material moderno no exército holandês.—Ultimamente o exército holandês tem adquirido material moderno, como sejam: morteiros de 15 e de 12^{cm}; peças de 21, 17, 10 e 7^{cm}; peças anti-aereas de 9, 8, 7 e 3^{cm}; lança-bombas ligeiros de 25^{cm}; metralhadoras pesadas, ligeiras e de aviação: e uma nova F. M.

V. C.

CRÓNICA MARITIMA

A conferência de Washington.—Da diferença de pontos de vista, sustentados pela França, pela Inglaterra e pelos Estados Unidos da America, resultou a impossibilidade de acôrdo quanto à limitação dos armamentos navais, no referente à tonelagem de submarinos.

Aqueles pontos de vista podem concretizar-se do seguinte modo:

No ponto de vista francês, cada marinha, como cada exército, deve ter uma força sufficiente para desempenhar o seu papel de defesa, nas circunstâncias e contra os adversários que é razoavel prever. Durante a guerra, a França quasi suspendeu por completo as construções navais, do que resultou para a sua armada um enfraquecimento perigoso. Ela precisa de defender um império colonial, que não cede em importância senão ao da Inglaterra; as suas costas metropolitanas tem uma extensão muito grande e estão distribuídas sobre três mares, inteiramente separados; a conservação das suas comunicações livres com o exterior é-lhe indispensável. Para tudo isto, não pode contar senão consigo mesma, pois que não tem nenhuma aliança formal, e que as garantias da Sociedade das Nações são inexistentes.

M. Briand afirmava que a França tinha sempre estado disposta a aceitar uma redução de tonelagem nas unidades capitais, navios ofensivos e dispendiosos, mas que não podia esquecer que as suas costas se estendem sobre três mares, e que, possuindo numerosas colónias, lhe era necessário possuir uma potência defensiva, a qual não pode ser mantida sem uma sufficiente proporção de cruzadores ligeiros, de destroyers e de submarinos; isso não representa de modo algum uma ameaça para a Inglaterra.

«*Le Moniteur de la Flotte*», defendendo o ponto de vista francês diz:

«Cedemos nos couraçados. Mas toda a pessoa imparcial reconhecerá que não podíamos ceder da mesma maneira na questão dos submarinos e cruzadores. A proposta de suprimir completamente os submarinos estava dante-mão votada ao insucesso, e podemos mesmo admirar-nos de que tivesse sido feita. Para restringir o seu emprêgo aos casos em que êle é compativel com os sentimentos de humanidade, toda a gente está de acôrdo... Seria bom limitar a sua tonelagem individual, porque isso constituiria uma garantia relativa contra o seu uso ofensivo, e talvez se devesse ter insistido mais neste ponto. Limitar o seu número é desejavel; contudo, há limites que nós não podemos ultrapassar sem sacrificar, não já o nosso amor próprio, mas a nossa situação no mundo e o nosso futuro.»

Em opposição directa ao ponto de vista francês, estava o inglês. A França não tinha que inquietar-se com a existência de uma supremacia maritima inglesa, porque ela constitui para a Inglaterra uma necessidade vital, ao mesmo tempo que esta tem o direito de considerar qualquer aumento da armada francesa actual como dirigido contra ela. A França precisa de um exército muito forte, mas a marinha é para ela quasi um luxo, e só a renúncia a um grande poder naval poderá conservar-lhe a amizade inglesa. De resto, a Inglaterra possui os meios de manter a proporção actual de forças das duas armadas, qualquer que seja o procedimento da França.

A propósito da insistência da França pela posse de uma forte flotilha submarina, pergunta Mr. Balfour:

¿ Contra quem está sendo construída esta marinha submarina? Contra

que perigo é ela destinada a proteger a França? Os submarinos são armas de ofensa, e não de defesa; não protegerão a navegação mercante francesa, nem os transportes dos seus vizinhos e amigos. Se a França estivesse ameaçada, aquilo com que teria de contar para se defender era com os navios anti-submarinos da Gran Bretanha».

O «*Times*» insiste em que a existência de grandes fôrças submarinas, situadas seja onde fôr, desde que estejam ao alcance das principais vias comerciais inglesas, impõe necessariamente à Inglaterra o pesado encargo de organizar e manter fôrças anti-submarinas adequadas, para sua defesa.

Este mesmo ponto de vista era desenvolvido por Mr. Lloyd George, no memorândum britânico sobre o projecto de aliança, apresentado em Cannes a Mr. Briand:

«O governo de S. M. considera como condição primária de uma verdadeira *entente*, evitar uma rivalidade naval entre os dois países.

«No que diz respeito aos submarinos, êle compreende perfeitamente que a divergência entre o ponto de vista francês e o ponto de vista britânico nesta questão pode ser devido à idea diferente que se faz dos usos possíveis dos submarinos. A opinião britânica, baseada aliás em quatro ânos de experiência da guerra, é que os submarinos não são eficazes senão contra navios mercantes, e que, por outro lado, são inúteis, quer como armas ofensivas, quer como armas defensivas. A opinião britânica insistiria inevitavelmente pela adopção de um programa de construções de navios contra os submarinos, se o programa francês, no que diz respeito a estes, fôsse posto em execução.

«Os dois países seriam assim lançados numa corrida aos armamentos navais. O governo britânico não pode dissimular que uma tal eventualidade reagiria muito seriamente sobre os sentimentos britânicos para com a França, e reciprocamente. As comunicações por mar da Gran Bretanha são para ela o que a sua fronteira de Este é para a França; a concorrência naval, sob qualquer forma, entre a Gran Bretanha e a França prejudicaria qualquer bom entendimento».

Finalmente, segundo o ponto de vista americano, o mundo estaria cansado de guerra, e a França se bem que não tenha alianças, tem pelo menos amizades que devem sossegá-la acêrca do futuro. Os Estados Unidos dão um penhor da sua vontade pacífica cessando a construção de vários couraçados, destruindo outros que são ainda modernos. Que a França mostre os mesmos sentimentos abandonando os projectos de reforço da sua armada, que deixaria dúvidas sobre os seus verdadeiros desejos.

Por parte de alguns membros do Parlamento americano falava-se em pressões a exercer sobre a França, para que pagasse as suas dividas de guerra aos Estados Unidos, porque mal se compreendia que, apesar das suas dificuldades financeiras, insistisse em aumen'ar a sua armada submarina.

As discussões sobre os submarinos tornaram-se muito agitadas. Em plena Conferência, durante a sessão de 28 de Dezembro, depois do delegado francês, Mr. Sarraut, ter affirmado que o conselho de ministros e o conselho superior de defesa nacional tinham verificado a impossibilidade, para a França, de aceitar um limite inferior a 330.000 toneladas, para os navios ligeiros e 90.000 para os submarinos, Mr. Balfour levantou-se para dizer que o progresso em submarinos da França seria considerado pela Gran Bretanha como uma ameaça directa; a Gran Bretanha reservava-se, por conseguinte, o direito de construir navios auxiliares, segundo as suas necessidades, criadas pela nova situação.

Finalmente, como era de recear, nada ficou resolvido quanto à limitação de armamentos, no ponto restrito de barcos submarinos, e apenas o Comité Naval, reunido em sessão plenária, adoptou unanimemente as resoluções seguintes, propostas por Mr. Root:

1.º — As potências signatárias, desejando tornar mais effectivas as regras adoptadas pelas nações civilizadas para a protecção da existência dos não combatentes no mar, em tempo de guerra, declaram que, entre estas regras, as que seguem devem ser consideradas como prescritas pelo direito das gentes:

a) Antes que um navio mercante seja capturado, é necessário dar-lhe ordem para que se submeta a uma visita de busca, a fim de determinar o seu caracter. Um navio mercante não deve ser atacado, a não ser que se recuse a submeter a uma visita e a uma busca, depois dos avisos, ou que se recuse a navegar segundo as instruções que lhe forem dadas. Depois da captura, um navio mercante não deve ser destruído, a menos que a equipagem e os passageiros tenham sido previamente postos em segurança.

b) Os submarinos beligerantes não estão, em nenhuma circunstância, isentos das regras universais acima mencionadas e, se um submarino não pode capturar um navio mercante, conformando-se com aquelas regras, a lei existente das nações prescreve-lhe que renuncie ao ataque e à captura, e permita ao navio mercante seguir o seu caminho, sem ser molestado.

2.º — As potências signatárias convidam todas as outras potências civilizadas a dar o seu assentimento às prescrições do direito das gentes, a fim que possa existir no mundo inteiro um acôrdo claro e público sôbre as regras de procedimento, pelo qual a opinião pública do mundo possa formar o seu juízo sôbre os beligerantes futuros.

3.º — As potências signatárias reconhecem como impossível empregar submarinos para a destruição do comércio, sem violar, como foi feito no decurso da recente guerra de 1914 a 1918, as regras universais, aceitas pelas nações civilizadas para a protecção das vidas neutras e dos não combatentes; e, a fim que a interdicção do emprêgo dos submarinos para a destruição do comércio seja universalmente reconhecida como proscripção pelo direito das gentes, as potências signatárias aceitam que esta interdicção as ligue, desde o presente, entre si, e convidam todas as outras nações a aderirem a êste acôrdo.

A terceira destas resoluções corresponde a uma emenda de Mr. Balfour. Uma terceira resolução Root foi aprovada por unanimidade em sessão subsequente, e é concebida nos seguintes termos:

As potências signatárias, desejando assegurar o respeito das leis humanas reconhecidas pelo direito internacional que elas proclamaram, relativamente ao ataque, à captura e à destruição dos navios de comércio, declaram mais que, no caso de um individuo, ao serviço de uma potência qualquer, actuando ou não, por ordem de um superior hierárquico, violar uma ou outra das regras assim adoptadas, será considerado como tendo querido violar as leis da guerra, e susceptível de ser julgado e punido por um acto de pirataria, e poderá ser levado a julgamento perante as autoridades civis e militares de todos os países sob a jurisdição dos quais se encontre.

B. S.

BIBLIOGRAFIA

I — LIVROS

França

- 1 *Matériels allemands et autrichiens à grande puissance*. Avec 111 figures dans le texte et 6 planches hors texte. 1921. Volume in 8, broché, de 248 pages. 7 fr. 50
- 2 CARLIER (André). — *La Photographie aérienne*. 1921. Vol. 16, 3/5, br. 28 fr.
- 3 PERCHERON (Maurice). — *La Direction des Avions par T. S. F.* 1921. Vol. 12/19, broché. 2 fr.
- 4 WEISS (Pierre). — *La Guerre aérienne devant Nancy*. 1921. Vol. 16/25, broché. 2 fr.
- 5 CULMANN (Lieutenant Colonel). — *Cours de tactique générale d'après l'expérience de la Grande Guerre*. 1921. Vol. 17/25, broché. 20 fr.

- 6 MAYER (Lieutenant-Colonel).—*La Guerre d'hier et l'Armée de demain*. 1921. Vol. 12/18,5, broché. 7 fr. 50
- 7 PALAT (Général).—*La Philosophie de la guerre d'après Clausewitz*. 1921. Vol. 14/23, broché. 12 fr.
- 8 FOCH (Maréchal).—*Des Principes de la guerre*. 7^e édition. 1921. Vol. 16/27, broché. 22 fr. 50
- 9 ENGELHARD.—*Conseils pour l'instruction pratique des unités d'infanterie*. 2^e édition. 1921. Vol. 14/27,5, broché. 10 fr.
- 10 SERRIGNY (Général).—*Réflexions sur l'Art de la guerre*. 2^e édition. 1931. Vol. 19/22, broché. 5 fr.
- 11 B. O. DU M. G.—*Sociétés de préparation et de perfectionnement militaires*. 1921. Vol. 21/13,5, cartonné. 4 fr.
- 12 *Sociétés de préparation et de perfectionnement militaires. Sociétés agréés par le ministère de la Guerre (S. A. G.)*. Instr. du 7 nov. 1908. Mise à jour 1921. 2 fr. 50
- 13 *Le Certificat de préparation au service militaire. (Son programme. Ses avantages)*. Instruction du 1^{er} juillet 1921 relative aux épreuves sanctionnant la préparation au service militaire de la jeunesse. 1 fr. 25
- 14 MINISTÈRE DE LA GUERRE.—*Guide pratique d'éducation physique*. 1921. Vol. 19/11, broché. 1 fr. 85
- 15 N... —*L'Élève soldat pour toutes les armes*. 1921. Vol. 19/11, cartonné. 4 fr.
- 16 N... —*Livret individuel. Mémento d'éducation physique et de préparation au service militaire*. 1921. Brochure 18/11. 0 fr. 75
- 17 MINISTÈRE DE LA GUERRE.—*Instruction provisoire pour les unités de mitrailleuses d'infanterie du 1^{er} octobre 1920*. 3 vol. 19/11.
- 18 JEAN-BERNARD.—*Histoire générale et anecdotique de la guerre de 1914*. Fascicules 40, 41, 42 et 43. Chaque Fascicule, broché. 1 fr.
- 19 POINCARÉ (Raymond).—*Les Origines de la guerre*. 1921. Vol. 12/18,5, broché. 10 fr.
- 20 COMBE (Dr. Louis).—*Le Soldat d'Afrique, le Légionnaire, le Tirailleur algérien*. 1921. Volume 14/23, broché. 6 fr.
- 21 *Historique du 22^e régiment d'infanterie coloniale*. 1921. Vol. 14/22,5, br. 6 fr.
- 22 N... —*Pour commémorer les morts de la grande guerre. Six discours*. 1921. Vol. 11,8/18,7, broché. 2 fr.
- 23 MINISTÈRE DE LA GUERRE.—*Instruction provisoire sur l'emploi et la manœuvre des unités d'auto-mitrailleuses de cavalerie*. Tome I. 1921. Vol. 19/11, broché. 1 fr. 50
- 24 MINISTÈRE DE LA GUERRE.—*Instruction de l'artillerie automobile*. 1921. Vol. 18,5/10,5, broché. 2 fr. 50
- 25 MINISTÈRE DE LA GUERRE.—*Canon de 75 automobile contre objectifs aériens*. 1921. Vol. 11/19, broché. 2 fr. 50
- 26 MINISTÈRE DE LA GUERRE.—*Règlement provisoire de manœuvre d'infanterie*. (2^e partie). 1921. Vol. 11/19, broché. 3 fr. (Annexes). 1921. Vol. 11/19, broché. 1 fr. 50
- 27 MINISTÈRE DE LA GUERRE.—*Règlement provisoire de la Cavalerie*. Annexes approuvées le 12 août 1920. 1921. Vol. 11/19, broché. 2 fr.
- 28 *Le Livre du gradé d'infanterie, mis à jour au 15 juillet 1921*. Vol. 11/19, cartonné. 6 fr.
- 29 *Annuaire général des officiers du Service de Santé, arrêté au 1^{er} mai 1921*. 1921. Vol. 14/21, broché. 7 fr. 50
- 30 *Annuaire général de la Gendarmerie, pour 1921*. Vol. 14/21, broché. 6 fr.
- 31 VALENTINO (Ch.).—*Les Pensions militaires*. 1921. Vol. 14/22,5, br. 30 fr.
- 32 LARDY (Pierre).—*Pensions d'invalidité du taux de soldat allouées aux militaires de carrière*. 1921. Vol. 13,5/21, broché. 3 fr. 50

- 33 VINCENT (Commandant). — *Guide pratique sur les pensions d'ancienneté et pensions proportionnelles*. 1921. Vol. 13,5/51, broché. 3 fr.
- 34 MONS (Officier principal). — *Aide mémoire de l'officier de réserve et de l'armée territoriale* 1921. Vol. 11/18, cartonné. 7 fr. 50
- 35 N... — *L'Élève officier de réserve et l'officier de complément*, 8^e édition. 1921. Vol. 11/19, cartonné. 3 fr. 50
- 36 N... — *Emplacement des troupes de l'Armée française*. 1921. Brochure
- 37 N... — *Texte des clauses générales politiques du Traité du 10 août 1920 avec la Turquie*. 1921. Vol. 16/24, broche. 7 fr. 50

II — PERIÓDICOS

Portugal

- 1 *Anais do Club Militar Naval*, n.º 7-8-9 de Julho a Setembro de 1921. Discurso de encerramento. Em volta do Silurificio de Spezia. Etc.
- 2 *O Instituto*, n.º 10 de Outubro de 1921. Boletim do Instituto. Arrolamento de monumentos e objectos de arte do distrito de Viana do Castelo. Etc. N.º 11 de Novembro de 1921 Os nossos pequenos. O movimento tipografico em Portugal no século XVI. Etc.

Argentina

- 1 *Revista Militar*, n.º 6 de Junho de 1921. La actuación de la caballeria como característica de la guerra de movimiento. Preparemos la evolución. Función y empleo de la artilleria en ferrocarril. Etc.

Brasil

- 1 *O Tiro de Guerra*, n.º 10 de Outubro de 1921—12 de Outubro. Tiro de guerra 124. A festa do seu 11.º aniversario. Etc. N.º 11 de Novembro de 1921. A data da Republica. O serviço militar. As Instituições Armadas. Etc.
- 2 *Revista da Escola Militar*, n.º 5 de Outubro de 1921. Ruy Barbosa. Abertura da 1.ª aula do Curso de Engenharia. Etc.
- 3 *Revista dos Militares*, n.º 136 de Outubro de 1921. A situação disparatada dos officiaes de todas as armas. A politica e os militares. Etc.

Chile

- 1 *Revista de Marina*, n.º 385 de Setembro e Outubro de 1921, El 18 de septiembre. El descubrimiento de America y el dia de la raza. Etc.

Colombia

- 1 *Memorial del Estado Mayor del Ejército de Colombia*, n.º 109 de Julho de 1921. Allocución del excelentissimo señor presidente de la Republica. Himno a la Bandera. Etc.

Cuba

- 1 *Boletín del Ejército*, n.º 68 de Outubro de 1921. El reglamento de la caballeria francesa. El uso de la espuela. Etc.

Espanha

- 1 *Memorial de Infanteria*, n.º 118 de Novembro de 1921. «Gráfico de rasancias maximas». La organización de nuestra Infanteria. El servicio de armamento. Etc. N.º 119 de Dez. Formación de vivaques. La técnica del ametrallador. Etc.
- 2 *Memorial de Caballeria*, n.º 66 de Dezembro de 1921. Memento homol Marchas de Caballeria. Su representación grafica. Reclutamiento de la oficialidad del Ejército. Etc.

França

- 1 *La Revue d'Infanterie*, n.º 350 de Novembro de 1921. La transformation de la vie militaire aux Etats-Unis pendant la guerre de 1917-1918. Guerre et Démographie. Etc. N.º 351 de Dezembro de 1921. L'évolution des méthodes et des pro-

- cédés de combat de l'infanterie de 1870 à nos jours. Le problème de liaisons et transmissions.—La liaisons entre l'artillerie et l'infanterie. Etc.
- 2 *Revue Militaire Générale*, n.º 10 de Outubro de 1921. La mésaventure d'un maréchal de France. Stratégie et opérations dans l'Est. Etc.

Guatemala

- 1 *Revista Militar*, n.º 11-12 de 31 de Agosto de 1921. El nuevo Ministro de la Guerra. Reglamento de Infanteria. Etc.

México

Tohtli, n.º 2 de Outubro de 1921. Editorial. Determinación del paso de un Propulsor. Etc.

Salvador

- 1 *Boletín del Ministerio de Guerra*, n.º 79 de Julho de 1921. La Pequeña Guerra. Etc.

Suissa

- 1 *Revue Militaire Suisse*, n.º 10 de Outubro de 1921. La manœuvre du Sangarios. La Reichswehr. Sa formation, son rôle et organisation actuelle. Questions d'artillerie. Etc.
- N.º 12 de Dezembro. Les attaques en vitesse pendant la grande guerre et l'après-guerre. Etc.

Uruguay

- 1 *Revista Militar y Naval*, n.ºs 15-16 de Setembro-Outubro de 1921. Explosivos militares y gases de combate. Organización del Terreno. Servicio de etapas. Etc.

EXPEDIENTE

CONDIÇÕES DA ASSINATURA

PAGAMENTO ADEANTADO

Portugal e Colonias

	Ano	Semestre	Trimestre
R. M. com O. E. ou B. M. C. ou O. A.	6\$00	3\$30	1\$80
R. M. com O. E. e B. M. C.)	7\$00	3\$80	2\$10
R. M. com O. E. e O. A.)			
R. M. com B. M. C. e O. A.)			
R. M. com O. E.—B. M. C. e O. A.	8\$00	4\$30	2\$40

Número avulso da *Revista Militar* \$60

Estrangeiro

R. M. com O. E. ou uma das outras publicações...	7\$00
Número avulso da <i>Revista Militar</i>	\$70

Sobre o preço para as Colonias e para o Estrangeiro, acresce ainda o importe do correio enquanto vigorar a actual taxa postal.

Para Portugal não se aceitam assinaturas por período inferior a trimestre, nem *desistência de assinaturas* senão no fim de cada trimestre civil, devendo os assinantes *avisar com antecedência* até 31 de Dezembro ou Março e 30 de Junho ou Setembro.

Para as Colonias não se aceitam assinaturas *por menos de 6 meses*, e para o estrangeiro *por menos de 1 ano*, sob condições idênticas às indicadas para Portugal. A correspondência registada custa mais 1\$20 por ano ou \$10 por mês.

Não se aceitam assinaturas que não incluam a *Revista Militar*.

A Administração encarrega-se de adquirir e remeter aos srs. assinantes quaisquer exemplares das três publicações oficiais que se distribuem, cujos preços variam conforme o número de páginas.